



**Universidade Federal do Pará
Centro Sócio-Econômico
Mestrado em Serviço Social**

MARIA LEONICE DA SILVA DE ALENCAR

**APOSENTADORIA E VELHICE: representações sociais de idosos
aposentados e pensionistas**

**Belém-PA
2007**



**Universidade Federal do Pará
Centro Sócio-Econômico
Mestrado em Serviço Social**

MARIA LEONICE DA SILVA DE ALENCAR

**APOSENTADORIA E VELHICE: representações sociais de idosos
aposentados e pensionistas**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, Centro Sócio-Econômico para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Scaramuzzini Tôrres

**Belém
2007**

MARIA LEONICE DA SILVA DE ALENCAR

APOSENTADORIA E VELHICE: representações sociais de idosos aposentados e pensionistas

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-graduação da Universidade Federal do Pará, Centro Sócio-Econômico, para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Orientadora Vera Lúcia Scaramuzzini Tôrres

Profa. Dra. Heliana Baía Evelin Soria

Profa. Dra Hilma Tereza Tôrres Khoury

Aprovado em: ____ / ____ / 2007.

Conceito: _____

Dedico este trabalho aos meus pais: Rosilda Cordovil da Silva, e
Manoel Valentim da Silva (In memórian)
E a todos os idosos. Em especial a Waldomira Santana e Rosinda Brandão pela sua sabedoria.

AGRADECIMENTO

Gostaríamos de agradecer inicialmente ao Deus Pai Celestial.

À todos os idosos que contribuíram para a construção deste trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Scaramuzzini Tôrres, pelo apoio, incentivo, dedicação e respeito com que me orientou.

Aos meus pais, em especial a minha mãe Rosilda, pelo incentivo que sempre me deu.

Ao meu grande companheiro e amigo Luis Santana Júnior, pelo amor, carinho, compreensão, incentivo e contribuições teóricas nessa caminhada.

Aos meus professores do mestrado, que contribuíram direta ou indiretamente para a construção desse trabalho.

Aos meus colegas do mestrado, em especial aqueles que contribuíram para minha formação.

Ao meu amigo Paulo Pinto pelo carinho, e pelas amizades conquistadas a partir dele em especial à Rita.

Às minhas amigas, Ádrea Simone, Marilsa Ewertom e Diana Portal com as quais compartilhamos momentos de alegria, tristeza e angústia.

À Prof^a. Dr^a. Maria José Barbosa pelo incentivo.

À Prof^a. Dr^a. Heliana Evelin pelo apoio e amizade.

Aos meus filhos Thaís e Marcelo pelo apoio e à minha neta Maria Victória para que desfrutem de uma velhice digna e de uma sociedade para todas as idades.

RESUMO

Quando se pensa nos desafios que a sociedade contemporânea enfrenta, a velhice surge como tema privilegiado. As mudanças ocorridas na passagem do século XIX para o século XX, nos campos econômico, cultural e burocrático, atribuíram à velhice contornos próprios, caracterizando-a como grupo demográfico. Essas mudanças, entretanto, estabeleceram uma livre associação entre velhice e invalidez, adotando a idade como critério de afastamento da produção baseada na força física. Assim, a aposentadoria vinculou-se à necessidade de dar respostas sociais aos trabalhadores que não podiam garantir sua sobrevivência através do trabalho. Mesmo que apto fisicamente, o trabalhador entraria para o rol dos "inativos" ao alcançar a idade da aposentadoria. Diante disso, esta dissertação pretende compreender o significado da vivência da aposentadoria e da velhice a partir dos idosos aposentados e pensionistas provedores da família, tendo como referencial teórico o conceito de Representação Social de Moscovici, e os conceitos de envelhecimento, velhice e aposentadoria abordados por Debert, Simões, Néri e Peixoto. A pesquisa realizou-se com a participação de onze idosos, sendo seis mulheres e cinco homens, da entidade FAAPA, tendo como critério ser aposentado e pensionista há mais de três anos, ter sessenta anos e mais e ser provedor da família. Realizamos entrevistas semi-estruturadas, gravadas com o consentimento dos idosos e posteriormente transcritas, lidas e categorizadas a partir das palavras-chaves "aposentadoria" e "velhice". Do conteúdo das entrevistas emergiram as representações sociais: "Prêmio e direito", referindo-se a aposentadoria pelos anos dedicados ao trabalho; "Aposentado e provedor", explicita a sua contribuição tanto econômica, como emocional aos filhos que retornam ou que não saem de casa; "Tempo de conhecimento", representa tempo para ampliação e aquisição de novos conhecimentos; "Retorno a casa e liberdade", tempo para dedicação à família e liberdade para realizar atividades que anteriormente o trabalho não permitia; "Velho, idoso e terceira idade" significa que são velhos, idosos e estão na terceira idade, não são "velhos doentes". Para este grupo de homens e de mulheres entrevistados o significado de velhice e de aposentadoria são sinônimos e representam essa etapa da vida de forma positiva.

Palavras-chave: Representação Social, Aposentadoria, Velhice.

ABSTRACT

When it is thought about the challenges that the society contemporary faces, the oldness appears as privileged subject the occurred changes in the ticket of century XIX for century XX, in the fields economic, cultural and bureaucratic, had attributed to the oldness proper contours, characterizing it as demographic group. These changes, however, had established a free association between oldness and invalidity, having adopted the age as criterion of removal of the production based on the physical force. Thus, the retirement associated the necessity to give social answers to it to the laborers who could not guarantee its survival through the work. That exactly apt physically, the worker would enter for the roll of “inactive” when reaching the age of would retire. Ahead of this, this dissertação intends to understand the meaning of the experience of the retirement and the oldness from the aged pensioners and pensioners, being had as referencial theoretician the concept of Social Representation of Moscovici, and the boarded concepts of aging, oldness and retirement for Debert, Simões, Néri and Peixoto. The research was become fullfilled with the participation of eleven aged ones, being six women and five men, of the entities Home Fabiano de Christ and FAAPA, having as criterion to be pensioner and pensioner have three years more than, and to have sixty years more and. One became fullfilled interviews half-structuralized that had been recorded with the assent of the aged ones, and later transcribing, chores and categorized from the word-keys “retirement” and “oldness”. Of the content of the interviews the social representations had emerged: “Prize and right”, mentioning retirement to it per the years dedicated to the work; “Pensioner and supplier”, explicita its in such a way economic contribution how much emotional support to the children who return or that they do not leave house; “Time of knowledge”, represents time for magnifying and acquisition of new knowledge; “Return the house and freedom”, time for devotion to the family and freedom to carry through activities that previously the work did not allow; “Old, aged and third age” means that they are old, aged and they are in the third age, are not “old sick people”. For this group of men and interviewed women the retirement and oldness meaning is synonymous and represents this stage of the life of positive form.

Key-Words: Social representation, Retirement and Oldness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PAUTAS GOVERNAMENTAIS	21
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENVELHECIMENTO: trajetória histórica	21
2.2	PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	25
2.3	SEGURIDADE, ENVELHECIMENTO: direito individual e social	36
3	A CONSTRUÇÃO DA VELHICE	42
3.1	ENVELHECIMENTO, VELHICE E APOSENTADORIA	42
3.2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	53
4	APOSENTADORIA E VELHICE	70
4.1	APOSENTADORIA	70
4.1.1	PRÊMIO E DIREITO	70
4.1.2	APOSENTADO E PROVIDOR	83
4.1.3.	TEMPO DE NOVOS CONHECIMENTO	87
4.2	VELHICE	92
4.2.1	RETORNO À CASA E LIBERDADE	92
4.2.2	VELHICE, IDOSO E TERCEIRA IDADE	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE	

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASSUNTI: Associação dos Ex-alunos da Universidade da Terceira Idade
BPC: Benefício de Prestação Continuada
CAP: Caixa de Aposentadoria e Pensão
CNT: Conselho Nacional do Trabalho
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
ERSAS/PA: Escritório de Representação da Secretaria de Assistência Social Pará
FAAPA: Federação de Associações de Aposentados e Pensionistas e Idosos do Estado do Pará
FUNRURAL: O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
FUNPAPA: Fundação Papa João XXIII
IAP: Institutos de Aposentadorias e Pensões
IAPM: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IAPC: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IAPB: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPI: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
INPS: Instituto Nacional de Previdência Social
INSS: Instituto de Seguridade Social
LBA: Lei Brasileira de Assistência
LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social
MPAS: Ministério da Previdência e Assistência Social
MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NPI: Núcleo Pedagógico Integrado
OMS: Organização Mundial da Saúde
ONU: Organização das Nações Unidas
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI: Política Nacional do Idoso
PMPI: Política Municipal da Pessoa Idosa
SAS: Secretaria de Assistência Social
SINPAS: Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
UFPA: Universidade Federal do Pará
UNITERCI: Universidade da Terceira Idade

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho configura-se como resultado de um estudo desenvolvido no período concernente ao mestrado em Serviço Social e sintetiza algumas observações empíricas e reflexões teóricas apreendidas no decorrer do curso.

O envelhecimento populacional ocorreu inicialmente nos países desenvolvidos no começo do século XX, já nos países em desenvolvimento, como o Brasil, é somente a partir da década de 50 que se torna marcante, transformando-se em um fenômeno contínuo e representando um desafio gerado pelas demandas sociais e econômicas, principalmente da previdência e da assistência à saúde, representa significativo impacto na política financeira, fazendo com que as questões ligadas à maior expectativa de vida levem à construção de uma importante mudança na conduta social.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o envelhecimento populacional é considerado como êxito das políticas de saúde pública e social, logo a maior conquista da humanidade do século passado. A longevidade teria significado negativo, se as pessoas, ao terem seus anos de vida prolongados, permanecessem distantes de um espaço social, na inatividade, alienadas, dependentes e sem possibilidade de continuar seu desenvolvimento, além de que, mais importante do que ter a vida prolongada é envelhecer com boa qualidade de vida.

Para o IBGE (2004), a sociedade brasileira ainda pode ser considerada jovem, e o envelhecimento populacional vem ocorrendo de forma bastante diferenciada nas Unidades da Federação estando associado às desigualdades socioeconômicas.

A sociedade capitalista parece que ainda não despertou, tampouco se mostra sensível e comprometida com essa população, pois continua rejeitando e desqualificando o idoso aposentado. Dessa forma, a aposentadoria e a velhice estão carregadas de percepções negativas, associadas à idéia de doença, inutilidade, inatividade, perdas de papéis sociais, vulnerabilidade e dependência, dependência tanto do ponto de vista econômico quanto de saúde, essa representação

cada vez mais é reforçada, induzindo o idoso a acreditar que realmente ele é um peso para a sociedade.

No percurso da nossa atividade profissional - atuando como socióloga na extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), em diferentes programas e ações institucionais, e posteriormente na Universidade Federal do Pará (UFPA) exercendo a coordenação do Programa de ensino pesquisa e extensão Universidade da Terceira Idade (UNITERCI), implantado desde 1991, sob a coordenação do Curso de Serviço Social, e participando de fóruns, congressos e seminários sobre a questão da aposentadoria e da velhice, convivendo e trocando experiências com pessoas idosas - percebemos diversas situações que atingiam diretamente o idoso como situações de abandono em asilos e em hospitais, conflitos familiares, idosos na fila do banco para fazer pagamentos, outros subindo em ônibus com várias sacolas de feira na perspectiva da garantia de seus deveres e de seus direitos e idosos aposentados responsáveis pela família. Assim como idosos desenvolvendo várias atividades, como: levando netos à escola, ou ao médico, tomando conta dos netos em casa enquanto os filhos trabalham ou estão à procura de emprego. Essas atividades não são valorizadas pelo sistema econômico vigente o qual considera os idosos aposentados como inativos.

A partir dessa realidade e da análise empírica feita através de observações e leituras sobre a conjuntura do mundo contemporâneo, cujas mudanças têm refletido na política social, produzindo no conjunto da população em geral todos os impasses e incertezas resultantes de um mundo em transformação. Dentro deste contexto, os idosos aposentados e pensionistas se configuram uma parcela da população que está vivenciando as conseqüências das mudanças em curso. Esse cenário de medo e incertezas acaba por colocá-los em busca constante de garantir seus direitos e conquistas, pois, como os demais segmentos, estão sujeitos aos mesmos determinantes culturais e sociais.

Nesse sentido, surge o interesse de investigar tal segmento tendo como objetivo compreender o significado da aposentadoria e da velhice para o idoso aposentado e pensionista; desvendar os novos papéis assumidos por este grupo após a interrupção das atividades laborais, a fim de contribuir na elaboração de políticas públicas. Para atingir esses objetivos, partimos de várias indagações, as quais irão nortear o trabalho, tais como: qual o significado da aposentadoria para o idoso aposentado? Como era o modo de vida antes de se aposentar? Qual a percepção desse momento de sua existência que culmina com a velhice? De que forma contribui com sua família?

Os estudos sobre o envelhecimento humano, aposentadoria e velhice são recentes, a literatura voltada à temática é escassa, principalmente sobre o idoso aposentado na região amazônica, o que corrobora a importância de realizar estudos.

Partimos do pressuposto de que o envelhecimento, como processo do desenvolvimento humano, é permeado por transformações no corpo biológico, por interferências no mundo social, assim como no pensamento e nas emoções. Assim, acreditamos que as representações sociais da aposentadoria e conseqüentemente da velhice dependem de determinantes biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, educacionais, culturais e políticos, e variam para cada sujeito com base em sua biografia e na história da sociedade na qual estão inseridos.

O pressuposto central desse estudo é o de que homens e mulheres idosos aposentados vivenciam a aposentadoria e a velhice de forma diferenciada, em conseqüência dos significados distintos que são atribuídos a essa experiência, mesmo que a aposentadoria seja vista como um evento aguardado na vida de indivíduos que estão vinculados formalmente ao mercado de trabalho. A aposentadoria é vista como uma situação em que o indivíduo pode se sentir desvalorizado por não mais ser participante da população ativa e de estar assim se tornando velho

e improdutivo, constituindo, no imaginário social, a representação da inatividade, que passa a acompanhar os demais momentos da vida após a aposentadoria, culminando com a velhice.

A representação social é uma forma de conhecimento prático, do senso comum, que circula na sociedade (MOSCOVICI, 1978). Esse conhecimento é constituído de conceitos e imagens sobre pessoas, papéis, fenômenos do cotidiano. As pessoas constroem suas representações nos seus grupos sociais, através das conversas, das visões, das crenças que veiculam. A consideração das representações sociais permite ao pesquisador aproximar-se do objeto definido, no próprio dinamismo que o gera, articulando dimensões e níveis que, tradicionalmente, vinham sendo tomados de forma isolada ou estática. Tal perspectiva teórica merece atenção por seu potencial heurístico e atrai pelas perspectivas que abre em espaços antes fechados pelo radicalismo, pelo individualismo ou pelo pragmatismo (SÁ, 1996). Refletir sobre o envelhecimento na perspectiva da representação social constitui uma oportunidade de compreender como os idosos aposentados vivem essa etapa da vida.

CAMINHO DA PESQUISA

Ao iniciar este estudo nos deparamos com a existência de poucos recursos bibliográficos relacionado com as Representações Sociais sobre idosos aposentados e pensionistas. No entanto, desenvolvemos uma pesquisa minuciosa através fontes de informação impressas e eletrônicas, que nos possibilitou obter uma noção mais detalhada sobre a temática para a construção do referencial teórico, ancorando-se em teóricos como Moscovici, Spink, Debert, Neri, Goldani, Hadad, Faleiros, Peixoto e Simões.

Várias são as possibilidades para estudar o tema do envelhecimento e aposentadoria, porém o interesse em compreender os significados que idosos aposentados atribuíam à velhice levou-nos à escolha de uma abordagem na qual fosse possível perceber como esse grupo vivencia

essa realidade, suas aspirações, crenças, valores, enfim contribuir para que preconceitos que ainda estejam presentes possam ser desconstruídos e realizar uma aproximação sobre os significados atribuídos à aposentadoria e à velhice.

A pesquisa de campo ocorreu no período de abril a junho de 2006, iniciada a partir de nossa observação e participação em várias reuniões realizadas pela Federação de Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará (FAAPA). Essas reuniões são realizadas uma vez por semana, momento em que o presidente e demais participantes se encontram para trocar informações referentes às questões dos idosos. Posteriormente, quando já estávamos com uma maior aproximação com os idosos, esclarecemos a eles sobre a pesquisa a ser desenvolvida, seu objetivo, e solicitamos a colaboração dos idosos na pesquisa, o que foi atendido por eles, oportunidade também em que agendamos as entrevistas, respeitando a disponibilidade dos informantes.

É importante assinalar aqui que a Federação de Associações de Aposentados e Pensionista do Estado do Pará (FAAPA), foi fundada em 24/02/92 e, conforme o seu estatuto, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de congregar, coordenar, assistir e representar as entidades filiadas, objetivando a solidariedade social, a promoção humana, a participação dos aposentados, reformados, pensionistas e idosos na sociedade e na defesa dos interesses, direitos e reivindicações gerais e comuns de seus filiados.

A escolha de onze sujeitos, sendo cinco homens e seis mulheres, obedeceu aos seguintes critérios: Ser idoso¹ e já ser aposentado há três anos no mínimo, tempo que se presume ser suficiente para que os idosos ponderassem criticamente acerca da condição de aposentados e da

¹ Pessoas com 60 anos e mais, de acordo com o estabelecido pela OMS para países em desenvolvimento, e a Lei 10.741, 01/10/2003.

experiência da aposentadoria, permitindo assim obter respostas de acordo com os objetivos da pesquisa.

O que esse estudo se propôs foi entender o significado de vivência da aposentadoria e, por conseguinte, da velhice para um grupo específico, que, por apresentar heterogeneidade e se limitar a um pequeno número de sujeitos, falam dessa realidade específica, não sendo passível de generalização para o universo dos idosos aposentados e pensionistas. Os idosos participaram voluntariamente e foram escolhidos a partir de convite e, dentre os que aceitaram colaborar com a pesquisa, a aproximação ocorreu de forma tranqüila, sem transtornos ou dificuldades.

A abordagem adotada nesse estudo foi de caráter qualitativo, visto ser a mais adequada aos objetivos e conteúdos propostos. Esse tipo de abordagem favorece a compreensão da realidade humana, pois trabalha com “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 1999, p. 22)

Priorizamos a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Segundo MINAYO et al. (1994), a entrevista semi-estruturada permite captar a informação desejada, além de possibilitar ao entrevistado liberdade e espontaneidade para expressar-se sobre o tema. O roteiro foi formado por um conjunto de questões previamente definidas, amparadas nos objetivos propostos.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos idosos e posteriormente transcritas mediante o roteiro elaborado. Durante a realização das entrevistas (tempo médio de 60 minutos) foram feitas diversas anotações no diário de campo, principalmente daqueles aspectos não

registráveis. Daí a importância do diário de campo como instrumento necessário em pesquisas qualitativas. Damos prioridade nesta etapa à criação de um ambiente favorável, para que a entrevista transcorresse naturalmente, sem que o entrevistado se sentisse inibido ou manifestasse qualquer outra dificuldade para se expressar. A entrevista ocorreu com naturalidade, uma viagem no tempo, entre sorrisos, recordações, momentos de nostalgia e contentamento. Quando necessário, realizávamos um terceiro contato com os idosos, para complementar o conteúdo das entrevistas.

O Corpus da entrevista referiu-se ao momento em que foram apresentados os tópicos que constam no roteiro da entrevista, de modo a tornar conhecido o conteúdo que se pretendia abordar. Esta etapa foi importante, pois estimulou a exposição de dúvidas e seu conseqüente esclarecimento. Foram tomados os devidos cuidados para que esta apresentação não se tornasse diretiva, mas feita de forma aberta, só permitindo um direcionamento dos questionamentos diretos conforme a necessidade da entrevista e dos dados requeridos pelos objetivos. O conteúdo das entrevistas determinou o número de participantes e o encerramento da coleta de dados, o que pode acontecer na pesquisa qualitativa.

MINAYO (1994) enfatiza que a pesquisa qualitativa não pode basear-se no critério numérico, para poder garantir sua representatividade, pois a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Os dados foram analisados com a leitura de cada entrevista separadamente, inicialmente através de uma leitura flutuante (BARDIN, 1977), nessa leitura localizou-se as palavras-chave "aposentadoria" e "velhice", delas surgiram derivações temáticas.

Numa última etapa, para a sistematização dos dados, organizamos um quadro de exploração do material, colamos os trechos transcritos, sendo possível reunir os relatos dos idosos e tecer comentários, estabelecendo articulação e dialogando com os autores que fundamentaram este trabalho, objetivando a constituição das temáticas derivadas das palavras-chave:

Aposentadoria: "Prêmio e direito"; "Aposentado e provedor"; "Tempo de novos conhecimentos".

Velhice: "O retorno a casa e liberdade"; "Velhice, Idoso e Terceira Idade".

Os resultados obtidos obedeceram aos seguintes passos:

- a) Transcrição dos relatos, realizada pela própria entrevistadora.
- b) Identificação e destaque, em cada entrevista, dos principais trechos referentes a cada tema de análise, após a leitura dos textos das entrevistas.
- c) Na seqüência, a criação de tópicos, um para cada um dos temas de análise designados. Nos tópicos foram colados trechos das entrevistas anteriormente assinalados (identificado com o nome do informante e idade) e, desta maneira, construiu-se um tópico para cada um dos temas.
- d) Interpretação dos conteúdos manifestados nos documentos.

Elemento importante na condução do trabalho de campo foi a consideração de que, no seu processo, são criados e fortalecidos os laços de amizade, assim como compromissos firmados com o investigador e a população investigada, propiciando o retorno de resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas. (MINAYO et al, 1994).

Apresentaremos abaixo o perfil dos idosos participantes dessa pesquisa.

Idoso	Idade	Sexo	Estado civil	Procedência	Escolaridade	Com quem mora	Idade da Aposentadoria	Renda Mensal Atual
01	69	M	Viúvo	Interior	2º grau	Filho	14	4.000,00
02	82	F	Viúva	Interior	1º grau	Filhos netos	7	350,00
03	70	M	Casado	Interior	Superior	Filhos esposa neto	20	2.100,00
04	78	F	Viúva	Capital	Ginásio	Filhos netos	26	1.000,00
05	76	F	Viúva	Interior	1º grau	Só	9	1.000,00
06	68	M	Casado	Interior	2º grau	Filhos esposa netos	16	2.400,00
07	83	F	Viúva	Interior	Primário	Filhos netos	04	350,00
08	66	F	Separada	Interior	Primário	Filhos	32	350,00
09	70	F	Viúva	Capital	Primário	Filhos netos	10	350,00
10	68	M	Casado	Capital	Primário	Filhos esposa neto	11	350,00
11	67	M	Separado	Interior	Primário	sobrinha	05	350,00

Fonte: Alencar- 2007

Os idosos participantes deste estudo estão na faixa etária de 67 a 83 anos, sendo seis mulheres e cinco homens, são oriundos na sua maioria do interior do Estado do Pará e se aposentaram a partir de 50 anos de idade.

As mulheres, na sua maioria, são idosas viúvas que têm casa própria e moram com filhos e netos, “feminização da velhice” (DEBERT, 1997), apenas uma idosa é separada, mas não

tem companheiro e mora com o filho. Dos homens entrevistados, três são casados e residem com esposas, filhos e netos, um é viúvo, o outro é separado e mora com parentes. O grau de escolaridade é primário ou ginásio incompleto, apenas um idoso possui nível superior completo e dois idosos, o segundo grau completo. Atualmente, sua renda mensal varia entre trezentos e cinqüenta reais a quatro mil reais.

É importante acrescentarmos que foram tomados todos os cuidados éticos no sentido de resguardar os nomes dos participantes, assim como de encaminhar as transcrições das entrevistas àqueles que assim solicitarem.

Alguns pontos importantes são aqui organizados e discutidos:

No **Primeiro Capítulo: - O envelhecimento populacional e as políticas públicas nas pautas governamentais** -serão abordadas as transformações ocorridas na sociedade brasileira no campo das políticas públicas e nas agendas governamentais, tratar-se-á dos percursos seguidos no campo da Previdência social e política de aposentadoria.

No **Segundo Capítulo: - A construção da velhice-** Neste capítulo serão discutidos aspectos conceituais e a construção social sobre envelhecimento, velhice e aposentadoria e também sobre a teoria das representações sociais.

No **Terceiro Capítulo: -Velhice e Aposentadoria** - Dentro desse quadro de questões específicas, será enfocada a realidade vivida pelos idosos aposentados e pensionistas.

Considerações Finais - **são retomados alguns aspectos centrais do caminho de investigação e apresentados os resultados mais relevantes da pesquisa sob a perspectiva dos objetivos propostos. Apontam-se algumas análises que não esgotam, em nenhuma hipótese, as questões que se pretendeu discutir, mas que, espera-se que possam contribuir com outros estudos nesta área.**

2 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PAUTAS GOVERNAMENTAIS

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA.

Os últimos anos têm sido marcados por profundas transformações no plano político, econômico, social e cultural. O planeta terra atualmente vive momentos de transformações muito aceleradas, emergindo a cada dia novas tecnologias e novas informações que repercutem na atividade do homem, obrigando-o a acompanhar essas mudanças, fazendo com que não seja mais um indivíduo isolado, uma vez que os meios de comunicação o rádio, a televisão e a Internet estão disponíveis em vários pontos do planeta.

Dessa forma, a ciência e a tecnologia, cada vez mais, se desenvolvem e estão contribuindo para o aumento da longevidade humana, sendo esta reconhecida como uma das principais conquistas sociais do século passado, mas reconhece-se, também, que traz no seu bojo grandes desafios para as políticas sociais como a assistência social, aposentadoria, saúde, previdência social, entre outras, que, atualmente estão entre as principais questões do debate político brasileiro.

Sobre o envelhecimento humano, a pesquisadora Camarano (2004) cita que um dos mais importantes desafios é:

[...] o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir tanto um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto a equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais (p, 253).

Observa-se a preocupação da pesquisadora no sentido de se garantirem condições mínimas necessárias para que o ser humano envelheça, mas que esse processo ocorra num contexto favorável, com políticas de saúde, de assistência, habitação, lazer, previdência entre outras, efetivas e com qualidade.

É interessante ressaltar que, enquanto o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos sucedeu-se num contexto em que a política econômica e social era propícia, o que possibilitou a ampliação dos seus sistemas de proteção social, nos países em desenvolvimento, como no Brasil, o processo do envelhecimento está acontecendo de maneira rápida e em meio a uma turbulência, em uma conjuntura recessiva, dificultando a ampliação e efetivação do sistema de proteção à população, principalmente às pessoas com 60 anos e mais.

Nos países desenvolvidos, é a partir da década de 70 que os programas direcionados ao enfrentamento do processo de envelhecimento começaram a ter visibilidade. Mas, preocupação com a questão do envelhecimento populacional se manifesta na agenda internacional a partir de 1982, quando se realizou em Viena, na Áustria, a Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, organizada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, o que proporcionou uma oportunidade para que representantes dos países discutissem as implicações médicas, econômicas e sociais dessa parcela da população. Esse evento foi considerado o marco inicial para a instituição de uma agenda internacional de políticas públicas para a população idosa, significou um avanço no trato das questões relacionadas ao envelhecimento humano, visto que, até aquele momento, não havia o debate relacionado a essa questão, a questão do envelhecimento humano não era objeto de atenção. “A questão era tratada de forma marginal pela Organização Internacional do trabalho (OIT), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como parte de suas atividades especializadas” (CAMARANO E PASINATO. 2004, p. 257), não expressando qualquer preocupação com as implicações sociais decorridas do processo do envelhecimento humano

Como resultado dessa Assembléia, foi aprovado um plano de ação global, composto de 66 recomendações para os estados membros, relacionadas a sete áreas: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social,

trabalho e educação. Essas recomendações pretendiam promover a independência da pessoa idosa, favorecendo meios físicos ou financeiros para a sua autonomia e eram direcionadas especialmente para as pessoas idosas dos países desenvolvidos, portanto, o plano concebia o idoso como sendo indivíduo independente financeiramente e com poder de compra. Suas demandas e necessidades deveriam ser atendidas, pois, assim, agregavam valor à economia e possibilitavam o desenvolvimento de um novo nicho de mercado. Esse plano de ação visava garantir a segurança econômica e social das pessoas idosas, identificando as oportunidades para sua integração ao processo de desenvolvimento e baseou-se na Conferência dos Direitos Humanos realizada em 1968, em Teerã.

A partir dessa Assembléia vários países em desenvolvimento inseriram na sua agenda política a questão do envelhecimento humano. Camarano e Pasinato (2004) enfatizam que vários países da América Latina alteraram suas constituições e criaram leis que beneficiavam a população idosa, como a Venezuela (1999), o Equador (1998), o Brasil (1988), a Bolívia (1994) e o Peru (1993). Contudo, é na década de 90 que a discussão em torno do envelhecimento humano ganha maior relevância na agenda desses países.

Decorridos praticamente dez anos, em 1991, a Assembléia Geral promovida pelas Nações Unidas deliberou por 18 princípios em prol da população idosa, princípios estes que foram agrupados em cinco temas: independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade. Em 1992, a Assembléia Geral da ONU estabeleceu o ano de 1999, como o Ano Internacional do Idoso, o slogan adotado foi a promoção de *“uma sociedade para todas as idades”*, (CAMARANO E PASINATO, 2004, p. 257). O Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretaria de Assistência Social (MPAS/SAS) era o responsável, nacionalmente, pela coordenação e normatização da política de Assistência Social.

No Estado do Pará, através do Escritório de Representação da SAS-ERSAS/ PA e em parceria com os governos estadual, municipal e entidades não governamentais, o Ano Internacional do Idoso foi comemorado com uma vasta programação (minicurso, palestra, oficinas, seminários, e outras manifestações) culminando com uma grande caminhada, com a participação de vários segmentos da sociedade e diversas faixas etárias, no sentido de alertar e sensibilizar a sociedade para a questão do envelhecimento humano. Paulatinamente a imagem do idoso como sendo frágil, vulnerável e dependente, está sendo substituída por uma imagem onde a pessoa idosa aparece ativa, participativa e atuante.

Após vinte anos da primeira Assembléia, foi realizada em 2002, em Madri, a segunda Assembléia Mundial com a colaboração entre sociedade civil e Estado, o que não havia acontecido em Viena, e teve assento de aproximadamente 700 organizações no conselho consultivo da ONU. Nessa Assembléia uma nova declaração política e um novo plano de ação foram aprovados, sendo documentos norteadores da adoção de medidas normativas relativas ao envelhecimento humano no início do Século XXI. Na declaração política estão inseridas as mais importantes responsabilidades assumidas pelos governos para operacionalizar o novo plano, sendo este orientado em três princípios básicos: participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; fomento à saúde e bem-estar na velhice e criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento (CAMARANO, 2004). No entanto, o plano para ser viabilizado deve passar por uma revisão, avaliação e discussão sobre alocação de recursos financeiros, visto que este ponto não foi discutido nas Assembléias. Uma outra questão que está atualmente no debate refere-se à Previdência Social, em face das mudanças demográficas que indicam o crescimento da população e da garantia e implementação dos direitos do idoso como está estabelecido no Estatuto do Idoso.

2.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A década de 30 do Século XX representa um marco histórico na trajetória da sociedade brasileira, revelando não só o fim do ciclo agro-exportador e a instalação gradativa das bases para a acumulação industrial no Brasil, como também é no governo de Vargas que se institui o sistema previdenciário brasileiro, muito embora, antes de 1930, já houvesse certas medidas sociais, para algumas categorias de trabalhadores. Mas, não se pode falar de legislação social sistemática antes de 1930 (FALEIROS, 1982).

As origens do sistema de proteção social datam do período colonial, quando são criadas as instituições assistenciais como a Santa Casa de Misericórdia de Santos e a intenção de constituição de instituições de caráter previdenciário como o Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, em 1795. Após a abolição da escravidão apareceram leis e decretos isolados protegendo setores da burocracia civil e militar, como o Decreto 9.912-A, de 26 de março de 1888, regulamentando o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios, após 30 anos de serviço e com idade mínima de 60 anos (CAMARANO, 2004). Percebe-se que no Brasil, a introdução de alguma medida, em relação à questão da velhice, seja por parte do governo, seja da sociedade civil, não é recente. Além de que o Brasil é um dos percussores na Américas Latina na implantação de uma política de garantia de renda para a população trabalhadora que culminou com a universalização da seguridade social em 1988.

O direito de aposentadoria aos ferroviários estatais e a criação do fundo de pensão para funcionários do Ministério da fazenda e da Estrada de Ferro Central do Brasil foi outorgado em 1890, por um decreto. Posteriormente, esses benefícios estenderam-se aos

funcionários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e da Capatazia dos Portos do Rio de Janeiro em 1912 (SIMÕES 2004)

Para melhoria das condições de vida da população, em 1918, durante a Primeira Guerra Mundial constituiu-se a primeira comissão de legislação social na Câmara Federal, e alguns deputados apresentaram projetos de leis sociais, e, como esses projetos não eram de interesse da oligarquia, não foram aprovados. Os representantes da oligarquia afirmavam que o “Estado não devia intervir na questão social a não ser para manter a ordem. [...] A política social da oligarquia consistia no estímulo à imigração de braços para a lavoura do café e na repressão, era contra toda a legislação social [...]” (FALEIROS, 1982, p. 125-127).

A classe operária através dos sindicatos reivindicava por melhores condições de trabalho e os empregadores pressionados pelos trabalhadores passam a discutir o modo de vida dos operários e a institucionalização dos direitos trabalhistas. No entendimento de Faleiros (1982), as lutas sindicais pelos salários e pelas melhores condições de trabalho e as lutas populares pelas melhores condições de vida colocam em confronto forças contrárias em torno de problemas que se referem à sobrevivência dos indivíduos em sociedade.

Ressaltamos que, historicamente, foi a classe operária que na Europa e nos Estados Unidos, ao se defrontar com a redução de sua capacidade produtiva e com a impossibilidade de aumento de renda e patrimônio, lutou pelos direitos de aposentadoria e benefícios à velhice. O movimento operário no Brasil origina-se com os trabalhadores imigrantes principalmente os europeus que traziam a história do movimento operário e dos direitos trabalhistas que já tinham sido conquistados por eles. Esses imigrantes procuraram mobilizar e organizar a classe operária no Brasil na luta pela conquistas dos seus direitos, e é mediante estes movimentos que os operários começaram a trilhar a conquista de alguns direitos sociais, como sinaliza Couto.

[...] A emergência dos direitos sociais foi ser constituída a partir do trabalho dos imigrantes europeus, que, no século XVIII, fugindo das guerras, se instalaram no Brasil e foram, aos poucos, substituindo a mão-de-obra escrava. Das idéias européias, que chegaram por meio dos imigrantes, surgiram as primeiras demandas por atendimentos na área social e foram tencionadas as estruturas de mando da sociedade brasileira (COUTO, 2004, p. 88).

Em decorrência dessas demandas, a elite nacional construiu respostas sempre como concessões, troca de favores, sem interesse em provocar profundas modificações na cultura política da sociedade brasileira, produzindo uma sociedade conservadora e autoritária para manutenção da classe dominante. O atendimento às necessidades da população ocorria de acordo com os interesses da elite, caso contrário, era exercida a repressão como forma de desmobilização do movimento (COUTO, 2004). Essa cultura da tutela, do favor, e do clientelismo persistiram e ainda estão presentes na trajetória das políticas públicas brasileiras.

Com o advento da industrialização capitalista, o governo introduziu medida de seguro social como garantia contra riscos de invalidez, da velhice, das doenças, das demissões, da indigência e dos acidentes de trabalho (FALEIROS, 1982). Essas reivindicações foram atendidas mediante o caráter cada vez mais combativo do movimento operário que se instalava nas grandes empresas frente à concentração exigida pela produção, então a conquista de direitos, como a aposentadoria, redução da jornada do trabalho, férias, regulamentação do trabalho das mulheres, melhores salários, integra um conjunto de reivindicações do movimento operário que vem se constituindo desde o século XIX, mas é no século XX que se torna evidente.

A aposentadoria surge na Alemanha no século XIX, por Otto Von Bismark, que implantou uma série de seguros sociais, visando amenizar os conflitos e as tensões da classe operária.

No Brasil os regimes de aposentadorias gestaram-se nas grandes empresas como as ferroviárias e em caixas patronais para atender as necessidades do movimento operário. Para as empresas esses seguros tinham por finalidade a estabilidade da mão-de-obra e a paz industrial e, concomitantemente, o controle direto sobre a força de trabalho, sendo necessária a preparação da mão-de-obra frente às novas exigências de produção, à divisão do trabalho, para o aumento da produção e dos lucros, e aos horários. Desse modo, os empresários deveriam elaborar política de produção vinculada a uma política pessoal para substituição de trabalhadores idosos, lealdade de mão-de-obra, promoção da imagem da empresa e redução das folgas. (FALEIROS, 1982).

É oportuno enfatizar que, no Brasil, a conquista da aposentadoria é resultado de uma gama de reivindicações do movimento operário, fazendo com que o estado brasileiro reconheça em 1903 o direito de organização e formação de sindicatos dos profissionais da agricultura e indústrias rurais e em 1907 esse direito é estendido a qualquer categoria profissional. (HADDAD 2001). Além de que, é a partir do movimento operário que várias medidas legais são implantadas.

A mobilização da classe operária teve como resposta uma série de medidas legais: Lei nº 3.724 de 15/01/1919, sob a vigência da Constituição de 1891, ampara os operários vítimas de acidentes de trabalho, estabelecendo que o seguro de acidentes seria de responsabilidade das empresas privadas. No ano de 1923 foram instituídas as caixas de aposentadorias e Pensões (CAPs) para os ferroviários e criado o conselho Nacional de do Trabalho, pelas Leis nº 4. 682, de 24 de janeiro

– Lei Elói Chaves e pela de nº 16. 027, de 30 de abril, respectivamente. (HADDAD, 1986, p. 55).

A despeito de que, no século XIX, tivessem sido criados alguns mecanismos de seguro social e proteção à saúde para certas categorias profissionais, como é o caso dos militares, o marco do nascimento da seguridade social no Brasil foi a promulgação da Lei Elói Chaves, em 1923, assinada no Governo de Arthur Bernardes em plena Velha República, após o término da I Guerra Mundial, “ela marca uma guinada na postura liberal do Estado brasileiro diante dos problemas trabalhistas e sociais, e que seus princípios serviram de base para grande parte do conjunto de normas previdenciárias criadas posteriormente” (SIMÕES, 2000, p. 60). Os governos desse período mantinham uma administração autoritária, repressiva frente às reivindicações dos trabalhadores e manifestações populares, fato esse que incentivava os trabalhadores a lutarem por direitos. A administração de Arthur Bernardes foi calcada em uma política de repressão aos oponentes da arena política e ao movimento trabalhista, criando, em 1923, o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) para apoiá-lo nas questões relacionadas aos trabalhadores, com os quais tinha assumido compromisso na campanha eleitoral.

As empresas ferroviárias foram as primeiras a serem beneficiadas tendo em vista que as estradas de ferro eram importantes para o tráfego do café, e Elói Chaves tinha interesses eleitoreiros, pois a maioria dos empregados da Companhia Paulista eram residentes em seu reduto eleitoral: Jundiaí e Itatiba. Regulamentadas, as CAPs se constituem como um seguro social institucionalizado que assegurava aos empregados e seus familiares direitos à assistência médica, medicamentos com preços especiais, aposentadorias e pensões (velhice e invalidez), ou seja, os ferroviários a partir do momento em que se desligassem da produção, seja por invalidez, seja por tempo de serviço, seja por velhice, passariam a usufruir cobertura previdenciária. É

oportuno ressaltar que as CAPs foram implantadas para cada companhia de estrada de ferro e eram organizadas por empresas e /ou por categorias profissionais (FALEIROS (1982).

As CAPs eram financiadas de forma tripartite por contribuições de empregados, empregadores e Estado, tendo como administradores representantes patronais e trabalhadores. A sua regulamentação baseava-se numa espécie de contrato de caráter privado entre os donos de uma empresa e seus funcionários, por meio desse instrumento, os empregadores comprometiam-se a sustentar no futuro seus empregados, quando estes já não fossem mais ativos, em troca de uma parcela de sua renda no presente, e o direito dependia da contribuição ininterrupta e poderia se esgotar caso trabalhador mudasse de empresa. As CAPs eram sociedades civis que conformavam como modalidade privada de organização da política previdenciária, não se baseava nesse momento numa concepção de direito de cidadania passível de ser estendida a todos os membros da sociedade em condições de participar do processo produtivo, (SIMÕES, 2000), mas era uma “cidadania regulada”, como sendo

Um conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em código de valores políticos mas em um sistema de estratificação ocupacional e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois via regulamentação de novas profissões e/ ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação de escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membros da comunidade (SANTOS, 1987, p. 68-69).

Nesse sentido a cidadania regulada exclui um contingente significativo da população brasileira, aqui incluso o idoso, que tem sua cidadania ameaçada, visto que a maioria não se encontra no sistema de estratificação funcional.

O sistema previdenciário instaurado no Brasil após a década de 1930 apresenta critérios de inclusão e de exclusão nos benefícios sociais. É um sistema que promove uma estratificação dos trabalhadores somente os trabalhadores urbanos, do setor privado e funcionário público tiveram privilégios, pois, a sua vinculação ao mercado formal de trabalho garantia a inserção nas políticas sociais desse período (SIMÕES, 2004).

A partir da lei Eloy Chaves inicia-se todo um modelo de organização da seguridade no âmbito da proteção ao trabalhador. Este modelo é frágil, lento, desigual, e atinge um pequeno número de categorias profissionais organizadas, e que se estendem no decorrer dos anos, as demais categorias profissionais, chegando ao total de 183 em 1937, tendo rápido crescimento nos anos seguintes.

[...] Se os camponeses eram excluídos, outros trabalhadores foram incluídos, ao final do século, em alguns benefícios muito restritos, como o direito à pensão de velhice. Trata-se dos oficiais e algumas categorias de operários (e não todos os trabalhadores) da casa da moeda dos telégrafos e da imprensa nacional. (FALEIROS, 1982, p. 128).

O seguro social brasileiro visava atender, em primeiro lugar, aos trabalhadores urbanos, destinando-se aos grupos mais organizados, como os ferroviários, os marítimos e os bancários de estabelecimentos privados, excluindo importante parcela da população do campo, fato que na história da Previdência do Brasil perdurou até a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado pela Lei nº. 4.214, no ano de 1963. Era um sistema de previdência específico para os trabalhadores da área rural, com benefícios e formas próprias de custeio e financiadas pelos produtores rurais. Ao comercializarem a produção, eram obrigados a pagar para a Previdência percentual sobre o valor da venda. O FUNRURAL acabou em 1977,

com a incorporação ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que passou a receber as contribuições devidas sobre a comercialização e a conceder benefícios.

[...] É nesse embate permanente que a organização da sociedade civil, em movimentos sociais, pode ser um instrumento de luta política para garantia dos direitos conquistados e para consecução de novos direitos. Convém salientar que as políticas sociais destinadas ao segmento idoso seguem uma trajetória de luta das classes trabalhadora a qual o Estado, pelos menos ao nível do discurso legal, procura contemplar de acordo com as forças, em presença das diversas conjunturas sócio-históricas. (GOLDMAN, 2000, p. 30).

Nesse sentido, desenvolvem-se, mediante lutas dos trabalhadores, medidas governamentais em resposta às demandas populares, a fim de reduzir as desigualdades e injustiças sociais originadas pela expansão do capitalismo. A Lei Elói Chaves, que sucede às diversas lutas operárias, demonstra que essa lei vem não apenas estabelecer o marco da criação da Previdência no Brasil, mas igualmente constitui o marco que identificou a velhice como questão social.

Haddad (1986) cita que, de 1930 a 1938, a cobertura previdenciária foi se estendendo, tornando-se objeto de atenção de Estado e, posteriormente à Revolução de 30, que representou o fim do ciclo-exportador e a instalação gradativa das bases para a acumulação industrial no Brasil, foi estabelecida disposição legal sobre matéria trabalho. Em 1930, o Governo Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), cuja função seria harmonizar as relações entre os trabalhadores e os empregadores, devendo, na República Nova, substituir o conceito de luta de classes pelo de conciliação.

Toda legislação trabalhista regulamentada na época tinha como embasamento a idéia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre os trabalhadores e empregadores, sendo bem-vinda, na concepção dos empregadores, toda iniciativa por parte do Estado que controlasse a classe operária. Também sendo bem-vinda pelos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho. (COUTO, 2004).

O MTIC tinha dentre de suas atribuições a orientação e supervisão da Previdência Social, iniciou uma reestruturação do sistema - o contrato de seguro anterior, característico das CAPs, passou a ser substituído por dispositivos legais, sob a égide do Estado - constituindo grandes institutos nacionais, organizando-se em torno das caixas já existentes e substituindo gradativamente as Caixas de Aposentadorias e Pensões. Com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), institui-se um vínculo compulsório por categoria profissional, amplia-se a cobertura previdenciária às classes assalariadas urbanas divididas por categorias profissionais, somente para uma parte da população ativa das cidades, deixando sem cobertura os trabalhadores autônomos e profissionais liberais, trabalhadores rurais, empregados domésticos e funcionários civis e militares; estes últimos eram beneficiados por regime previdencial próprio. Esses Institutos surgiram como instituições de previdência social de âmbito nacional, financiados pelo sistema tripartite, empregados, empresas e governo, que centralizou a arrecadação e a gestão dos IAPs e vinculou-se estreitamente ao poder central. (SIMÔES, 2000).

Os IAP's foram criados de acordo com a capacidade de organização, mobilização e importância da categoria profissional em questão, ou seja, foram resultados de conflitos e negociações entre as referidas categorias profissionais e o Estado. Assim sendo, em 1938 além das 98 Caixas ainda existentes, funcionavam cinco Institutos; em 1933 foi criado o

primeiro instituto, o de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM); em 1934, o dos Comerciários (IAPC) e dos Bancários (IAPB); em 1936, dos Industriários (IAPI) e em 1938 o dos Estivadores e Transportadores de Cargas (IAPETEC), abarcando, também, os empregados das empresas de petróleo e os condutores de veículos. Observa-se que os militares assim como os servidores do Estado tinham cobertura por sistemas separados. (FALEIROS, 1982).

Os Institutos cobriam os riscos de doença, de invalidez, de velhice e de morte. A contribuição dos empregadores e empregados representava de 12 a 16% do total dos salários, (de 6 a 8% para cada uma das partes) (FALEIROS, 1982).

O modelo previdenciário no pós-30 se voltou mais para acumulação de reservas, sendo, portanto, intencionalmente restritivo e contencionista em relação aos benefícios e serviços. A massa de segurados teve um crescimento significativo, ocorrendo um aumento da receita, mas restrição com assistência médico-hospitalar em comparação aos anos anteriores, reduzindo também os números de benefícios pecuniários e o valor médio pago a cada benefício (em valores reais). Posteriormente o ano de 45 houve um crescimento das despesas (HADDAD, 2001).

O Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira promulga a lei nº 3. 807, de 26 de agosto 1960, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que já tramitava há 13 anos no Legislativo, apesar das resistências da direção dos IAPs, porém houve intenso debate político no legislativo porque os trabalhadores não aceitavam a unificação, pois, significava o abandono de muitos direitos conquistados. A LOPS uniformizou os benefícios previdenciários, rumo à universalidade da Previdência Social no país, proporcionando igual importância dos benefícios e serviços, destinada a abranger todos os trabalhadores sob o regimento da Consolidação das Leis Trabalhista-CLT, excluídos os trabalhadores rurais, empregadas doméstica, e servidores públicos

e de autarquia que tivessem regimes próprios de previdência. Em conformidade com o artigo 22 da LOPS, os segurados passaram a desfrutar dos seguintes benefícios: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de serviço, auxílio natalidade, pecúlio e assistência financeira. (HADDAD, 2001).

Em 1966, o Decreto-Lei 72 extinguiu os IAPs, fundindo suas antigas estruturas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atualmente Instituto de Seguridade Social (INSS). Na década de 70, inicia-se uma nova fase, a expansão da cobertura dos serviços a categorias ainda não coberta, (autônomos, empregados domésticos, profissionais liberais) e parte dos trabalhadores rurais. Os seguros relacionados a acidentes de trabalho passaram também a fazer parte do novo arcabouço jurídico e institucional da Previdência Social. A expansão do escopo das ações do INPS fez com que fosse criado, em 1974, com a Lei 6.036, o Ministério da Previdência Social. Em 1975 foi feita a Consolidação das Leis da Previdência Social. Em 1977, a Lei 6.439 criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Esta estrutura manteve-se até o advento da Constituição de 1988.

As décadas de 80 e 90 foram palco de muitas lutas, os movimentos sociais com sua organização ficam fortalecidos, há diversas mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora, movimentos de aposentados e pensionistas, profissionais liberais que lutam contra o arrocho dos benefícios pagos pela previdência, pela ampliação do processo democrático, por melhores condições de vida e pelo fim da ditadura militar, o país revelava um cenário com enormes dificuldades engendradas pela concentração de renda e por uma política restritiva e desigual. É, também, um período produtivo de questões sobre a velhice, foram criadas leis e ações voltadas aos idosos, embora de maneira pulverizada, mas é na década de 90 que ocorre uma maior visibilidade da questão da velhice no sistema previdenciário.

2.3 SEGURIDADE E ENVELHECIMENTO: DIREITO INDIVIDUAL E SOCIAL

Nesse contexto, em 1988 se instala a Constituição Federal que trouxe grandes avanços e inovações, em relação aos textos anteriores, e todo um capítulo para tratar da Seguridade Social (Arts. 194 a 204). O conceito de “seguridade social” entendido como “um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988 P. 90). Essas políticas compõem o tripé da Seguridade Social. A política de Saúde e de Assistência tem concepção na universalização do acesso à saúde e à assistência social, destinada para a totalidade da população, independentemente do exercício profissional e da existência de vínculo contributivo, a previdência tem caráter contributivo.

O princípio de seguridade social implica os seguintes avanços: irredutibilidade do valor dos benefícios; seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços; equidade na forma de participação do custeio; diversidade da base de financiamento; participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados; e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa (SIMÔES, 2004).

A partir da década de 90, com uma maior organização sóciopolítico dos movimentos dos idosos e dos aposentados, há uma maior pressão ao governo Collor à concessão dos 147% aos beneficiários do INSS, que, apesar de ter sido garantido, na Lei 8.222/91, não havia sido repassado pelo governo aos aposentados e pensionistas do INSS, (SIMÔES, 1998). Assim, diversas leis foram aprovadas como garantia dos direitos dessa população. Em 07 de dezembro de 1993, foi sancionada a Lei 8.742, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que, em seu artigo 20, dispõe sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). “É a garantia de

1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”,

Em 1994 é sancionada pelo Presidente Itamar Franco a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de janeiro de 1994 (PNI), pleiteada desde a década de 80, que tem por objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Considera-se idoso, para efeito dessa lei, a pessoa com sessenta anos de idade e mais. Essa lei é conhecida como a “Lei do Idoso” e com ela se gestam os Fóruns da Política Nacional do Idoso e também os Conselhos de Idosos.

Ainda como reivindicação dos movimentos sociais, especialmente, dos Idosos, Aposentados e pensionistas e sociedade civil organizada, depois de anos de discussão, finalmente foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada no dia 1º de outubro de 2003, pelo Presidente da República, a Lei 10.741/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, originado como Substitutivo ao Projeto de Lei 3.561, em setembro de 2001. O Estatuto do Idoso dispõe de 118 artigos que regulamentam os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Assegura ainda que a pessoa idosa seja colocada a salvo de qualquer tratamento violento, desumano, aterrorizante, constrangedor ou vexatório, e trata das políticas públicas.

A Lei 10.741 reitera o que estabelece a Lei 8.842 e apresenta penalidade para o descumprimento e violação da referida Lei. Os artigos 8º e 9º garantem que o envelhecimento é um direito individual e sua proteção, um direito social. É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa, proteção à vida e a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Essa Lei traz no seu bojo alteração no que se refere à idade para requerer o BPC, quando no artigo 34 estabelece que “aos idosos, a partir de sessenta e cinco anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la

provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)”. (ESTATUTO DO IDOSO, p. 21, 2003).

O país na última década passou por transformações, no que diz respeito à Previdência Social e às políticas de aposentadoria, marcadas pela tendência à universalização desse direito, que, de início, era restrito a grupos de trabalhadores específicos, (DEBERT, 1999).

O Estatuto do Idoso nos artigos 29 e 30, respectivamente, enfatiza que “os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculos que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente”, “A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício”. (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, p. 20).

A Previdência Social no Brasil caracteriza-se por ser contributiva, pois só têm direito aos benefícios aqueles que contribuem previamente e o montante dos benefícios é proporcional à contribuição e em relação ao financiamento, a Previdência Social tem uma lógica regressiva e não progressista, por serem suas fontes de recursos garantidas pelos próprios trabalhadores, não funcionando como fator de redistribuição de renda do capital para o trabalho (BORGES, 2003).

No Estado do Pará foram aprovadas a Legislação Estadual Nº 6.582, de 22/09/03 que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e no Município de Belém a Lei 8.357, de 05/08/04 que trata da Política Municipal da Pessoa Idosa (PMPI), para atender a população paraense com 60 anos e mais, num total de 451.430; desta, 210.264 são homens, e 241.166 são mulheres (Fonte: PNAD 2005).

É oportuno ressaltar que a discussão do projeto sobre a Política Municipal da Pessoa Idosa teve como impulso o II Congresso Municipal da Pessoa Idosa, realizado em 2003 a partir do qual foi constituído um fórum de discussão com envolvimento de aproximadamente 30 organizações não governamentais, e também com a participação de órgão governamentais, com apoio bastante significativo do governo municipal – Fundação Papa João XXIII. O objetivo desse Fórum era discutir as questões referentes à velhice e, entre essas, emergiu a proposta para elaboração do referido projeto, foi um processo de construção de forma democrática e participativa, com avanços e recuos, mas no período de um ano, foi gestada a proposta do projeto, o qual foi encaminhado à Câmara Municipal para discussão e deliberação transformando-se na Lei 8.357 de 05/08/04, e tendo as pessoas idosas como os principais protagonistas.

Couto (2004) enfatiza que os direitos sociais são materializados através das políticas sociais e

Constitui-se em direitos de prestação de serviços ou de créditos, pois geram obrigações positivas por parte do Estado, que detém a responsabilidade de, por meio do planejamento e da consecução de políticas para o bem-estar do cidadão, atender às demandas por educação, moradia, trabalho, acesso à cultura, seguridade social, proteção do meio ambiente, da infância e da adolescência, da família, da velhice, dentre outros.(COUTO, 2004, p. 48).

Percebe-se que o direito civil, político e social é resultado histórico, construído e conquistado pelas lutas dos trabalhadores, mediante a organização dos movimentos sociais que reivindicam a incorporação de suas demandas nas políticas públicas. A organização dos trabalhadores foi influenciada pelo movimento das sociedades européias e norte-americana, que iniciaram todo um movimento pela legalização e reconhecimento dos direitos civis e políticos tendo como expoente a Revolução Francesa.

Na conjuntura atual em que predomina o projeto neoliberal, concretizar os direitos sociais da mulher, do negro, da criança, do idoso e de outros segmentos requer um esforço maior na mobilização e organização dos movimentos sociais que representam seus interesses. Daí porque é de fundamental importância a mobilização dos idosos, e de outros segmentos da sociedade, em todas as frentes de discussões, pois só com a participação efetiva desses contingentes, revelando sua força política, organizando-se, debatendo, conhecendo as leis é que poderá ocorrer mudanças na implementação das políticas e também, continuar a conquistar novos direitos.

No capítulo seguinte serão abordados os aspectos que permeiam o envelhecimento, as construções sociais da velhice e da aposentadoria na sociedade destacando conceitos sobre representação social e sua construção na realidade social, sua evolução, buscando refletir sobre o envelhecimento mediado pelas relações sociais.

VOCÊ É UM ENVELHESCENTE?

Se você tem entre 45 e 65 anos, preste bastante atenção no que se segue. Se você for mais novo, preste também, porque também um dia vai chegar lá. E, se já passou, confira.

Sempre me disseram que a vida do homem se dividia em quatro partes: infância, adolescência, maturidade e velhice. Quase correto. Esqueceram-se de nos dizer que, entre a maturidade e velhice (entre os 45 e os 65) existe a ENVELHESCÊNCIA.

A envelhescência nada mais é que uma preparação para entrar na velhice, assim como a adolescência é uma preparação para a maturidade. Engana-se quem acha que o homem maduro fica velho de repente, assim da noite para o dia. Não. Antes, a envelhescência. E, se você está em plena envelhescência, já notou como ela é parecida com a adolescência? Coloque os óculos e veja como este nosso estágio é maravilhoso. Já notou que andam nascendo algumas espinhas em você? Assim como os adolescentes, os envelhescentes também gostam de meninas de 20 anos.

Os adolescentes mudam a voz. Nós, envelhescentes, também. Mudamos o nosso ritmo de falar, o nosso timbre, adolescentes querem falar mais rápido; os envelhescentes querem falar mais lentamente. Os adolescentes vivem a sonhar com o futuro; os envelhescentes vivem a falar do passado. Bons tempos... Os adolescentes não têm idéia do que vai acontecer com eles daqui a 20 anos. Os envelhescentes até evitam pensar nisso. Ninguém entende os adolescentes. Ninguém entende os envelhescentes. Ambos são irritadiços, enervam-se com pouco. Acham que já sabem de tudo e não querem palpites nas suas vidas. Às vezes, um adolescente tem um filho: é coisa precoce. Às vezes, um envelhescente tem um filho: é uma coisa pós-coce. Os adolescentes não entendem os adultos e acham que ninguém os entende. Nós, envelhescentes, também não entendemos eles. “Ninguém me entende” é uma frase típica de envelhescentes. Quase todos os adolescentes acabam sentados na poltrona do dentista e no divã do analista. Os envelhescentes, também a contragosto, idem. O adolescente adora usar uns tênis e uns cabelos. O envelhescente também. Sem falar nos brincos. Ambos adoram deitar e acordar tarde. O adolescente ama assistir a um show de artista envelhescente (Caetano, Chico, Mick Jagger). O envelhescente ama assistir a um show de um artista adolescente (Rita Lee). O adolescente faz de tudo para aprender a fumar. O envelhescente pagaria qualquer preço para deixar o vício. Ambos bebem escondidos.- O adolescente esnoba que dá três por dia. O envelhescente, quando dá uma a cada três dias, está mentindo. A adolescência vai dos 10 aos 20 anos: a envelhescência vai dos 45 aos 65 anos. Depois, sim, virá a velhice, que nada mais é que a maturidade do envelhescente.

Daqui a alguns anos, quando insistimos em não sair da envelhescência para entrar na velhice, vão dizer: “É um eterno envelhescente”. Que bom (PRATA, M. 1999)

3 A CONSTRUÇÃO DA VELHICE.

3.1 ENVELHECIMENTO, VELHICE E APOSENTADORIA.

A crônica escrita por Mário Prata mostra sua compreensão, sua concepção sobre o processo do envelhecimento levando a uma reflexão dos diversos aspectos que envolvem as etapas da vida humana, com suas representações, enfatizando como o curso da vida está periodizado na idade cronológica, nas atitudes, nos comportamentos e como são apropriadas, e até impostas, para cada etapa da vida.

A questão do envelhecimento e da longevidade humana já se apresentava desde os tempos mais arcaicos, seja buscando a fórmula da eterna juventude, esta relacionada à felicidade plena, seja como preocupação constante do homem em todos os tempos. Essa busca constante pela imortalidade, pela longevidade e pela eterna juventude são desejos míticos da espécie humana. A procura da fonte da juventude está presente nos mais antigos escritos e tem sido configurada por meio dos mitos, das fábulas e dos rituais mágico.

A forma de conceber, compreender o envelhecimento também foi diferente para vários povos. Os gregos antigos valorizavam a juventude e viam a velhice como um flagelo e um castigo que aniquilava a força do guerreiro. O poeta Hesíodo (Séc. VIII a.C.) imaginou um período de felicidade, sem velhice, nem sofrimento. A felicidade era representada pela raça de ouro, os homens viviam como deuses, sem preocupação, distantes de penas e misérias. Hesíodo, quando descreveu a origem do universo, colocou a velhice ao lado das forças negativas da vida. “A velhice não descendia de Eros, a força do amor, mas sim da noite, que sozinha fez surgir as potências tenebrosas, como o sono, a morte, o destino, o sarcasmo, a discórdia, entre outros” (HESÍODO *apud* MASCARO, 2004, p.14). Aristóteles (filósofo grego) e Galeno (médico grego) acreditavam que cada pessoa nascia com certa quantidade de calor interno, que iria se dissipando com o passar dos anos, considerando a velhice o período final desta dissipação de calor (MASCARO, 2004).

Na obra do filósofo e poeta egípcio Ptah-Hotep que, em 2.500 a.C., comentava sobre a velhice: “Quão penosa é a vida do ancião! Vai dia-a-dia enfraquecendo, a visão baixa. Seus ouvidos se tornam surdos, a força declina, o corpo não encontra repouso, a boca se torna silenciosa e já não fala. A velhice é a pior desgraça que pode acontecer a um homem” (SANTOS 2001, p. 16).

Mas nem sempre as imagens da velhice expressavam sofrimento e decrepitude, havia aqueles que valorizavam e enalteciam a velhice. A velhice para o poeta Homero estava associada à sabedoria. Sólon comentava: “ao avançar em anos, nunca deixo de aprender” Dizia ainda Sócrates, “para indivíduos prudentes e bem preparados, a velhice não constituía peso algum”. Platão afirmava: “A velhice faz surgir em nós um imenso sentimento de paz e liberdade” (Idem, 2001). Portanto, a discussão sobre a velhice se manifesta nas diversas épocas e lugares, fazendo parte da evolução da civilização humana.

Atualmente, a preocupação com o processo do envelhecimento, da velhice e da aposentadoria vem ganhando visibilidade e despertando interesses em várias áreas das ciências sociais, o que não acontecia em décadas passadas, quando os primeiros discursos sobre o envelhecimento eram delimitados aos campos biológico e fisiológico, relacionado à deterioração do corpo o que foi amplamente difundido. Esses interesses foram motivados pelo prolongamento da expectativa de vida da população e conseqüentemente pelo crescimento do número de pessoas com 60 anos e mais em todo o mundo, e também na realidade brasileira, sendo objeto de investigação na comunidade acadêmica e na sociedade civil. Os autores Barros (2006), Peixoto (2000) e Simões (2000) enfatizam que no cenário urbano, a presença dos velhos e das velhas vai paulatinamente ganhando espaço, apresentando formas novas de sociabilidade, e a organização do movimento de aposentados na década de 90 define efetivamente essas questões no espaço público.

A Síntese dos Indicadores Sociais apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2005) informa que a população do Brasil é de 184.388.620, sendo que o número de pessoas com 60 anos ou mais é de 18.256.148; destes, 8.015.609 são homens e 10.210.539 são mulheres. No Estado do Pará a população de habitantes é de 6.856.713; desta , 451.430 são pessoas com 60 anos e mais, sendo 210. 264 homens e 241.166 são mulheres. Na PNAD 2005 não localizamos as informações referentes à Região Metropolitana de Belém, entretanto, a PNAD 2004 informa que em Belém a população de idosos é de 151.298 pessoas idosas, sendo 63.102 homens e 88.196 mulheres.

Nesse início de século, muitos serão os desafios que a sociedade e o governo poderão enfrentar ou já estão enfrentando para a construção de uma sociedade igualitária, justa e mais humana, uma sociedade para todas as idades. Assim, abordar a questão da velhice, do envelhecimento e também da aposentadoria não é tarefa fácil, é um grande desafio, visto a sua complexidade.

A população idosa que até aproximadamente a década de 50 formava uma minoria era tratada na esfera privada da família, além de ser preterida em favor de outras faixas etárias. Os jovens e as crianças, por muito tempo, foram e continuam sendo prioridades das preocupações governamentais, no que diz respeito às políticas sociais e acadêmicas.

Peixoto aborda texto extraído de um documento do extinto Instituto Nacional da Previdência Social, demonstrando a ênfase dos programas de saúde às crianças e adultos em detrimento dos mais velhos antes da década de 60.

Dada a preponderância marcante de pessoas jovens em nossa população, a elevada taxa de natalidade, a baixa expectativa de vida, a pequena renda média per capita e a alta incidência de doenças de massa – os programas de saúde no Brasil devem, necessariamente, concentrar seus recursos no atendimento das doenças da infância e dos adultos jovens. A assistência ao velho, é forçoso reconhecer, deve aguardar melhores dias (PEIXOTO, 1998, p.77).

Percebe-se um certo descaso com a velhice, pois comumente essa etapa da vida é relacionada à morte, então não haveria porque fazer investimento para esse segmento etário, “estão no fim da vida”. A prioridade das políticas era para a população infanto-juvenil, visto a população brasileira na década de 60 ser considerada jovem, o país era considerado jovem.

Atualmente, o fenômeno universal do envelhecimento das populações tem pautado diariamente a questão dos idosos e dos aposentados, passando a ser foco de atenção e preocupação dos governos, estudiosos e pesquisadores de vários países, dentre esses países encontra-se o Brasil. O envelhecimento humano é um fenômeno global que não afeta somente os países desenvolvidos, mas principalmente os que estão em desenvolvimento, em face de vários fatores como o avanço da tecnologia, das ciências, da medicina, dentre outros.

“O envelhecimento é o processo de mudanças universais pautadas geneticamente para a espécie e para cada indivíduo” (NERI, 2001, p. 69). Não é a mera passagem do tempo. É a manifestação de eventos biológicos que ocorrem ao longo de um período. Os eventos ocorrem no tempo, mas não devido ao tempo. Os eventos biológicos ocorrem em momentos e em ritmos diferentes, assim as pessoas envelhecem de formas diferentes, (HAYFLICK, 1996).

“Envelhecer é estar permanentemente trilhando novos caminhos, confrontando com novas exigências, e desenvolver atitudes psicológicas que levem a superar dificuldades e conflitos integrando limites e possibilidades” (NOVAES, 2000, p. 24). O envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada indivíduo vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, etnia, e gênero) a eles vinculados, como saúde, educação e condições econômicas (MINAYO, 2002).

Então, não é tarefa fácil delimitar quando uma pessoa se torna velha, pois não existem marcadores biológicos capazes de mensurar com precisão o que é envelhecimento por idade ou envelhecimento patológico. Compreendemos que o envelhecimento é um processo que se inicia desde o nascimento do homem, acompanhando todo seu curso de vida. Não é um processo uniforme, homogêneo e apresenta características diferentes para cada ser humano. Desse modo, o envelhecimento é um fenômeno, que apresenta significativas mudanças nos aspectos demográficos, biológicos, sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais.

Velhice e envelhecimento no transcurso da história adquirem significados diferentes de acordo com as características de cada cultura. É a partir do contexto histórico, cultural, econômico, político e social que se estabelecem as relações sociais. Assim, estabelecer conceitos universais aceitáveis e uma terminologia globalmente padronizada para a velhice e para o envelhecimento torna-se complexo.

No comentário de Veras (1995, p.25) “velhice é um termo impreciso, e sua realidade difícil de perceber, nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social”. Ressalta que do ponto de vista cultural, a velhice certamente é diferente num país como Serra Leoa onde a expectativa de vida é de 39 anos, e no Japão com a expectativa de vida ao nascer é 81 anos. Como também as pessoas residentes em áreas de invasão, superpovoadas, ou na área rural, a velhice será uma experiência diferente daquela vivida em uma localidade de residências luxuosas (VERAS, 2003).

Assim, não temos uma velhice funcionalmente definida; há apenas um construto teórico, no qual algumas questões básicas se interpõem na linha do tempo (HAYFLICK, 1996) e que ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos (DEBERT, 1998 p. 50).

Moragas (2004) apresenta três concepções de velhice: velhice cronológica, funcional e etapa vital. A velhice cronológica, quando o indivíduo atinge os sessenta e cinco anos, baseia-se nas idades tradicionais de afastamento do trabalho profissional – aposentadoria-, frequentemente é utilizada por demógrafos, considera-se que todas as pessoas nascidas no mesmo ano têm a mesma idade. Esse autor enfatiza que a desvantagem da objetividade da idade cronológica é quando se comprova o impacto diferente do tempo para cada indivíduo, ou seja, o que tenha sido a sua forma de viver, sua saúde, condições de trabalho, suas condições objetivas, etc. Atualmente do que se debate sobre velhice na sua heterogeneidade e complexidade a idade cronológica é relevante, é um dos fatores que contribui para a organização social, mas, não determinante, somam-se outras condições pessoais e ambientais que determinam o estado geral de uma pessoa.

A segunda concepção abordada por Moragas (2004) é a velhice funcional, a qual está relacionada ao termo “velho” como “incapaz”, “limitado”. Para o autor é um conceito errôneo, visto que velhice não representa necessariamente incapacidade. A velhice humana origina reduções na capacidade funcional em face do transcurso do tempo, como acontece com qualquer organismo vivo, porém essas limitações não impedem o ser humano de desenvolver uma vida plena. Destaca ainda, como terceira concepção, a velhice como etapa vital, esta concepção da velhice é mais equilibrada e moderna. É uma etapa diferente das vividas anteriormente. Apresenta limitações por condições objetivas, externas e subjetivas, que vão se agravando com o passar dos anos, principalmente nos últimos anos de vida. Mas tem potencialidade como serenidade, experiência, maturidade, projetos pessoais e sociais (MORAGAS, 2004).

“A velhice é a última fase do ciclo vital e é delimitada por eventos de natureza múltipla, incluindo, por exemplo, perdas psicomotoras, afastamento social, restrição em papéis sociais e especialização cognitiva” (NÉRI, 2001, p. 69).

Para cada ser humano, a mudança física, comportamental e social desenvolve-se em ritmos e velocidades diferentes. O processo do envelhecimento abarca uma variedade de fatores biopsicossociais que favorecem uma velhice caracterizada como “bem sucedida”. Dentre esses fatores estão inclusos a habitação, educação, urbanização, lazer, saúde, trabalho, etc. Então é possível entender a velhice como uma experiência que é vivenciada diferentemente para homens como também para mulheres, a partir de uma grande diversidade de fatores, sejam econômicos, sociais culturais, biológicos, entre outros. Nesse processo, questões relacionadas a gênero, cultura, condições individuais e sociais estão incorporadas (DEBERT, 1999). Em cada sociedade e na mesma sociedade, em momentos históricos diferentes, a velhice e o envelhecimento ganham especificidades, papéis e significados distintos em função do meio rural ou urbano, da classe social, do grupo profissional, do parentesco, da cultura da ideologia dominante, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo do nascimento à morte (MAGALHÃES, 1989).

Nesse sentido, Birman (1995) esclarece que foi na modernidade que as sociedades tentaram demarcar as etapas da vida, dividindo-a em estágios dentro de uma ordem cronológica, a infância, a adolescência e a velhice, de maneira a traçar responsabilidades sociais dos indivíduos nas suas relações com outros seres e com o mundo. Este comentário corrobora o pensamento de Torres.

[...] a sociedade moderna, urbana e industrializada prescreve que os velhos pertencem ao mundo do não-trabalho e utilizam a aposentadoria como demarcador da velhice. Os adultos, homens e mulheres diferencialmente engajados, dominam o sistema produtivo, enquanto as crianças devem dedicar-se integralmente ao estudo formal [...] (TORRES, 2002, p. 224).

O historiador Phillipe Ariès (1978) salienta em sua obra que a criança, como categoria, não existia até o século XII, sendo essa categoria construída a partir do século XIII. O autor aborda que nas sociedades tradicionais não havia separações de grupos etários, como as entendemos atualmente. Esse pensamento é compartilhado por Featherstone (1998) quando observa que na pré-modernidade o curso da vida era praticamente indiferenciado, sem definição de estágios, em muitos casos o status social era mais relevante do que o status etário.

Na França Medieval as crianças não eram separadas dos adultos nas reuniões para o trabalho, passeios ou jogos, todos se misturavam, ou seja, as crianças participavam integralmente tanto da vida social quanto da vida do trabalho e, quando estavam em condições físicas, assumiam precocemente atividades laborais.

[...] a modernidade teria alargado a distância entre os adultos e as crianças, não apenas pela construção da infância como uma fase de dependência, mas também pela construção do adulto como um ser independente, dotado de maturidade psicológica, direitos e deveres de cidadania (DEBERT, 1998, p. 52).

Outro ponto referido por Ariès (1978, p. 47) trata do aparecimento da juventude no século XX como “depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada, [...] daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente”. Comenta que, enquanto a juventude é valorizada, paralelamente a essa evolução, o conceito de velhice ganhou uma conotação pejorativa no início do século XX na língua francesa.

Áries no debate sobre as idades da vida tece a relação entre os significados das fases da vida e a história, “tem-se a impressão, portanto, de que para cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX”. (ARIÈS, 1978, p. 48). E o século da velhice quando será? Será no século XXI em que os idosos terão privilégio?

Esta temporalização e historicidade de existência humana foram a contrapartida de uma transformação radical que ocorreu na passagem dos séculos XVIII para o século XIX.

O que estava em pauta era a possibilidade sócio-política de produção, reprodução e acumulação de riqueza. Desta maneira, as diferentes etapas etárias da história do indivíduo passaram a adquirir valores diversos, de acordo com suas responsabilidades para a produção e para a reprodução da riqueza. Evidentemente, a velhice passou a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria realizado os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, a velhice perderia também o seu valor simbólico (BIRMAN, 1995, p. 33).

Nesse sentido percebe-se que as diversas culturas sempre estruturaram, construíram significados para a vida, organizaram periodização peculiar para cada etapa e passagem da vida. Todavia, a periodização é institucionalizada na sociedade moderna, a partir da concepção individualista da pessoa, passando o Estado Moderno a reger o curso da vida, com legislações que determinam datas para vários eventos da vida, como idade para estudar, idade para o casamento, para a entrada e saída do mundo do trabalho, dentre outras, conforme se observa no comentário de Bassit.

A modernidade, ao estar associada ao desenvolvimento do capitalismo, da ciência e tecnologia e ao nascimento do Estado Moderno, acarreta um maior interesse em registrar, regular e disciplinar a vida das pessoas, quer por meio do desenvolvimento das ciências humanas ou do corpo. A preocupação central na modernidade é periodizar a vida humana, institucionalizando as transições das pessoas da família para a escola ou o trabalho, instituindo a idade ideal para se casar ou se aposentar, entre outras.[...] esse processo acarretou uma maior diferenciação no curso de vida, com limites claramente definidos por meio de idades cronológicas pré-definidas, que separam as diferentes fases da vida como a infância, a adolescência, a maturidade e as emergentes meia-idade e velhice (BASSIT, 2002, p. 222.).

Nesse contexto a construção social da velhice data de pouco tempo e vincula-se à nova configuração das relações entre o trabalho e o capital. Com a revolução industrial, a atividade laboral não é mais artesanal, manufatureira e passa a ocorrer no interior da fábrica, transformando as relações de trabalho existentes. O trabalho passa a ser feito em linha de montagem, onde o tempo e os movimentos de produção passam a ser controlado, visando a uma melhor eficiência. Assim, pode-se sugerir que a demarcação da vida humana por idade pode ser entendida como conseqüente de mudanças estruturais de uma economia feudal assentada na economia doméstica para o capitalismo centrado no mercado de trabalho.

Debert (1998), apoiada nos estudos realizados por Fortes (1984), menciona que as idades cronológicas na sociedade ocidental contemporânea são um mecanismo necessário de atribuição de status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria), ou seja, o Estado disciplina e regula a vida do ser humano desde o nascimento até a morte, determina que a infância, a adolescência, a juventude são fases para a escolarização; que a idade adulta está relacionada ao casamento, à procriação, à atividade no mercado de trabalho; que a velhice está associada à saída da atividade produtiva, à aposentadoria. Enfim há uma apropriação da vida

dos indivíduos pelo Estado, sendo os critérios e normas da idade cronológica estabelecidos por exigência das leis que determinam os deveres e os direitos do cidadão.

[...] a sociedade moderna, urbana e industrializada prescreve que os velhos pertencem ao mundo do não-trabalho e utilizam a aposentadoria como demarcador da velhice. Os adultos, homens e mulheres diferencialmente engajados, dominam o sistema produtivo, enquanto as crianças devem dedicar-se integralmente ao estudo formal (TORRES 2002, p. 224).

Mediante o advento da modernidade, a degradação social da velhice começou a ser gradualmente engendrada, constituindo uma ideologia capaz de dar suporte à eficácia e à segurança da sociedade moderna que valoriza o novo, o ágil, o habilitado a produzir e a consumir, envelhecimento passou a ser associado às perdas de habilidades, à diminuição da força física e da capacidade de manter-se ativo (PACHECO, 2002).

Para alguns estudiosos a aposentadoria é um marco na vida do ser humano. A pessoa aposentada é considerada “inativa” pela sociedade, já não produz mercadoria para o modo de produção capitalista. Na sociedade de consumo em que vivemos, onde o valor econômico se sobrepõe ao valor social, as pessoas idosas, seja o homem idoso seja a mulher idosa, são estigmatizadas, aniquiladas, depreciadas, “não têm mais vitalidade, vigor, força física, são doentes”. Deste modo, já não podem produzir para o sistema produtivo, sua força de trabalho não gera lucro, não contribui para a acumulação de capital. Assim, a aposentadoria é utilizada como um demarcador da velhice e conseqüentemente a pessoa idosa nessa condição também é depreciada e desvalorizada, representação essa que vem se mantendo ao longo do tempo na sociedade contemporânea.

3.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A Teoria das Representações Sociais é importante para compreender como os idosos aposentados vivem seu cotidiano, como interpretam a realidade a partir das relações sociais, do mundo, da vida, da sua história. Para refletir sobre essa questão são propostos diversos

caminhos dentre eles a teoria das Representações Sociais que, se interessa pelo senso comum, pelo universo consensual que estabelece as representações sociais dos grupos sociais, portanto, acredita-se que ela possa auxiliar na compreensão do envelhecimento e da aposentadoria.

A Teoria da Representação Social originou-se na Europa, a partir de uma pesquisa sobre representação social da psicanálise por Serge Moscovici, intitulada *La psychanalyse, son image et son public*. Este trabalho, que foi sua tese de doutorado, foi um trabalho de dez anos de investigação empírica e elaborações teóricas sobre o conceito de representação. Ele estava interessado em identificar e compreender qual o significado da psicanálise para os grupos populares parisienses, ou seja, o que acontece quando um novo campo de conhecimento, no caso, a teoria psicanalítica adentra no pensamento popular e como esse saber científico transformou-se à medida que os sujeitos dele se apropriaram. (SÁ, 1995).

Moscovici (2002) ressalta que o conceito de representação social ou coletiva nasceu na sociologia e na antropologia, com Durkheim e Lévi-Bruhl, respectivamente, sendo que nessas ciências, o conceito foi um fator preponderante para a elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico. No entanto, Moscovici (2002) afirma que Durkheim, Lévi-Bruhl, entre outros manifestavam claramente seus sentimentos sobre a ausência de uma teoria que desse conta do conceito e dos fenômenos sociais que ele expressa. Assim é que Moscovici esforçou-se para propor tal teoria, elaborando dessa forma, com sua obra, um marco teórico e metodológico, como referência para os estudos sobre o fenômeno, além de que, seu estudo foi uma contribuição para a sociologia do conhecimento e, segundo Farr (2002), a teoria de Moscovici é freqüentemente classificada como uma forma sociológica da psicologia social.

A teoria das Representações Sociais vem se contrapor ao caráter individualista da Psicologia Social, tal perspectiva predominante nos Estados Unidos ignora o indivíduo no contexto social. O objeto de estudo é o indivíduo (fatores internos), não levando em consideração

o importante papel da sociedade, sendo esta apenas um pano de fundo. Farr (2002) denomina essa abordagem de individualização da Psicologia Social.

Para Alexandre (2004), os motivos que influenciaram Moscovici a desenvolver o estudo das representações sociais dentro de uma metodologia científica foi sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalista das demais teorias que não explicavam a realidade em outras dimensões, como é o caso da dimensão histórico-crítica. Pois, o conceito de representações coletivas desenvolvido por Durkheim é muito amplo e geral para dar conta da produção do pensamento, como forma de ação, na sociedade, “ em seu espírito, as representações sociais constituíam uma classe muito genérica de fenômenos psíquicos e sociais, abrangendo o que designamos por ciência, ideologia, mito etc,” (MOSCOVICI, 1978, p. 42).

Faar (2002) afirma que Moscovici não desenvolveu sua teoria num vázio cultural, ele teve suporte nos fundadores das ciências sociais na França, especialmente em Durkheim, sendo este teórico um dos fundadores da sociologia moderna. Sobre Durkheim, Moscovici comenta que

Foi Durkheim o primeiro a propor a expressão “representação coletiva”. Quis assim designar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Assim como, em seu entender a representação individual é um fenômeno puramente psíquico, irredutível à atividade cerebral que o permite, também a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem uma sociedade. Com efeito, ela é um dos sinais do primado do social sobre o individual, da superação deste por aquele. (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

A individualidade humana para Durkheim citado por Moscovici (1978) se forma a partir da sociedade, a representação coletiva supera a soma dos indivíduos tendo a primazia do social sobre o individual. “Um homem que não pensasse por meio de conceitos não seria um homem, pois não seria um ser social, reduzido apenas aos objetos da percepção individual, seria indistinto e animal” (DURKHEIM *apud* MOSCOVICI, 1978, p. 42).

Durkheim é o primeiro teórico do ponto de vista da sociologia que trabalha o conceito de Representações Coletivas que se reporta a categorias de pensamento mediante as quais determinada sociedade elabora e manifesta sua realidade. Sustenta ainda que essas categorias não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas emergem vinculadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais, que possam ser observados e interpretados. Assim, mostra que as representações coletivas são um grupo de fenômenos reais, é a sociedade que pensa; portanto, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual.

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entra em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertence à sua constituição. (DURKHEIM *apud* MINAYO, 2002, p. 90-91).

Desse modo, Moscovici teve como base o conceito de representações coletivas de Durkheim, porém, para Moscovici esse conceito era mais adequado para objeto de estudo de sociedades menos complexas. Assim, Moscovici cria o conceito de representações sociais por entender ser mais condizente com o contexto das sociedades modernas, não só pela sua dinamicidade, como também pela sua diversidade, por seu pluralismo e pela aceleração com que as transformações econômicas, políticas e culturais se processam. Daí a necessidade de atualizar o conceito, transportá-lo para as condições atuais, de sociedades contemporâneas com sua intensa divisão do trabalho, nas quais a dimensão da especialização como também o da informação tornaram-se elementos importantes nas vidas dos homens, das mulheres e dos grupos, pois o conceito atualizado significava operacionalidade, para ser utilizado, empregado em sociedades

com essas características, nestas sociedades se impõe um processamento incessante da novidade, nas quais se conhece por delegação, visto que ninguém tem acesso a todo o saber.

Assim, Moscovici procura dar explicação sobre o seu interesse e importância em estudar as representações sociais, nas sociedades modernas.

As representações em que estou interessado não são as de sociedades primitivas, nem reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as transformasse em tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e à flutuação dos sistemas unificadores- ciências oficiais, religiões, ideologias- e às mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. (MOSCOVICI, *apud* SÁ, 2002, p. 49.)

Compartilhando com o pensamento de Moscovici, as representações em que estamos interessadas também são da sociedade contemporânea, da movimentação e da dinamicidade, da história de vida que o grupo de idosos aposentados apresentam.

Em face da complexidade da noção de representações sociais, Moscovici (1978, p. 41) menciona que “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é”, resistindo a sua maneira de emitir uma definição precisa das representações sociais, pelo fato de que o resultado poderia reduzir o seu alcance conceitual. Entendendo assim que representações sociais

é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. [...]. Uma representação é sempre uma representação de alguém, tanto quanto de alguma coisa. As funções respectivas dos grupos sociais a esse respeito aí encontram seu eco (MOSCOVICI 1978, p. 26 -27).

É uma modalidade particular porque não é todo “conhecimento” que pode ser considerado representação social, ou seja, é somente aquele conhecimento que está contido na vida cotidiana dos homens e das mulheres, por intermédio do senso comum, que é elaborado socialmente e que tem como função interpretar, pensar e agir sobre a realidade.

No mesmo sentido, há uma proposição geral sobre a conceituação de Representações Sociais:

El concepto de representación social designa una forma de conocimiento específico, el saber de sentido común, cuyos contenidos manifiestan la operación de procesos generativos y funcionales socialmente caracterizados. En sentido más amplio, designa una forma de pensamiento social. Las representaciones sociales constituyen modalidades de pensamiento práctico orientados hacia la comunicación, la comprensión y el dominio del entorno social, material e ideal. En tanto que tales, presentan características específicas a nivel de organización de los contenidos, las operaciones mentales y la lógica. La caracterización social de los contenidos o de los procesos de representación ha de referirse a las condiciones y a los contextos en los que surgen las representaciones, a las comunicaciones mediante las que circulan y a las funciones a las que sirven dentro de la interacción con el mundo y los demás. (JODELET, 1988, p. 473-474).

Posteriormente, Jodelet (1989, p.36) apresenta uma definição sintetizada sobre as Representações Sociais, “são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

As representações manifestam-se como uma modalidade de conhecimento prático orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação e precisam ser compreendidas a partir do contexto que as engendra e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do

cotidiano e, por serem formas de conhecimento prático, as representações sociais inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. (SPINK, 1995).

Representações Sociais significam, “a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 2002, p. 89).

Dessa forma, entendemos que as representações sociais são engendradas nas ruas, nas filas de banco, no trabalho, nos movimentos sociais, nas instituições, na mídia, nos encontros do dia-a-dia, nas falas, nas argumentações das pessoas, nos debates do cotidiano, nas interações, nas comunicações entre os sujeitos, nos atos de resistência, nas praças, nos bares, nos grupos de pertença, nas conversações.

Elas são formadas para que as mulheres e os homens possam interagir com o mundo, tanto física como intelectualmente, partilhando o mundo com os outros, as representações sociais são fundamentais na vida cotidiana. Assim, as representações sociais são constituídas por processos sociocognitivos nas interações sociais, ou seja, elas têm envolvimento na vida cotidiana e são permanentemente influenciadas pelo conjunto de condições econômicas, sociais, históricas em uma determinada sociedade.

Nesse sentido, Moscovici (1978, p. 50) menciona que esses conjuntos de conceitos, afirmações e explicações que são as Representações Sociais “são conjuntos dinâmicos e devem ser consideradas como verdadeiras ‘teorias’, ‘ciências coletivas’ *sui generis*, destinadas à interpretação e elaboração do real”, ou seja, a construção e interpretação da realidade social se procedem pelas teorias do senso comum, do conhecimento do cotidiano, o conhecimento "pré-teórico" de que falam Berger e Luckmann (2003). Afirma ainda Moscovici (1978) que a

representação social é uma preparação para a ação, tanto por orientar, conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar.

Por seu poder convencional e prescritivo sobre a realidade, as Representações Sociais terminam por constituir o pensamento em um verdadeiro ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana, (SÁ, 1995). Os indivíduos na concepção de Moscovici (1978), não são apenas processadores de informações, tampouco simples “portadores” de ideologias ou crenças coletivas, mas sim, que o ser humano é um ser pensante, que formula questões, indagações e busca resposta, e também tem participação ativa no processo de construção da sociedade, concomitantemente, compartilha realidades por ele representadas. Então as Representações Sociais podem ser pensadas como fenômenos que possuem caráter dinâmico, são formas de conhecimento da vida cotidiana, que servem tanto para as pessoas se compreenderem quanto para se comunicarem.

Assim, a comunicação é fundamental nas representações sociais, pois, o objeto, seja ele humano, social, material, seja uma idéia, será apreendido por meio da comunicação. Os elementos da realidade, os conceitos, as teorias e as práticas são submetidos a uma reconstrução a partir das informações coletadas da história de vida do sujeito. Enfatiza ainda Moscovici (1978) que toda representação se manifesta da necessidade de transformar o que é estranho, o que não é familiar, em algo familiar, essa seria uma das funções principais da representação, ou seja, tornar o estranho, o desconhecido, em algo conhecido.

Sá (1995) comenta que para Moscovici existem nas sociedades contemporâneas duas formas diferentes de universos de pensamento, quais sejam; os universos consensuais e os universos reificados. Nos universos reificados é que se produzem e circulam o conhecimento

erudito, as ciências, a teorização abstrata, com sua hierarquia, seu rigor lógico e metodológico. O determinante para a participação é a qualificação de seus integrantes, havendo um comportamento para cada situação e uma restrição do poder de falar sobre determinadas áreas do saber. Já nos universos consensuais são elaboradas as “teorias” do senso comum as quais não conhecem limites especializados, a mulher e o homem têm a liberdade individual para se comportar, para manifestar sua opinião como um ‘amador’ e um ‘observador’. Este universo é constituído a partir de nossas conversações, da vida no cotidiano, das experiências e informações que recebemos no dia-a-dia e transmitimos mediante as tradições, da educação e da comunicação social entre os grupos.

A conversação está no epicentro do nosso universo consensual porque ela molda e anima as representações sociais e assim lhes dá vida própria, as representações são resultados de um contínuo burburinho e um diálogo permanente entre indivíduos, um diálogo que é tanto interno quanto externo, e durante o qual as representações individuais ecoam ou são complementadas (MOSCOVICI, *apud* SPINK 1995, p. 99).

Nesse sentido, a constituição das representações sociais ocorre a partir da realidade da vida cotidiana, e entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana. Dessa forma, há um grande esforço para que as representações sociais sejam reconhecidas como conhecimento pela sociedade. O mundo da vida cotidiana origina-se no pensamento e nas ações dos homens sendo apreendido como uma realidade ordenada seguindo certos padrões que se impõem à cultura humana, bem como a realidade da vida cotidiana é um mundo intersubjetivo, o mundo de que cada um participa junto com outros indivíduos. (BERGER & LUCKMANN, 2003).

O processo de construção de representações sociais da velhice para o idoso aposentado se produz nas trocas de conhecimentos populares e científicos, por meio das experiências grupais e sociais, haja vista que representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objetos do seu cotidiano. Em seu cotidiano, as pessoas analisam, conversam e pensam sobre os mais diferentes temas e elaboram representações. Essas representações passam a influenciá-las.

Uma representação social forma-se de acordo com dois processos fundamentais: A objetivação e a ancoragem. A objetivação se refere à forma como os elementos da representação se organizam, isto é, à maneira pela qual os conceitos adquirem materialidade, tornando o abstrato em concreto, ou seja, é “trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado e rotulado” (GUARESCHI, 2002, p. 201). O não-familiar torna-se familiar, ou seja, a objetivação assume duas funções: organizar e dar forma a esse conhecimento. Assim, a objetivação concretiza um novo conceito mediado por elementos identificadores segundo crenças, valores, preconceitos, regras, vivenciados pelo grupo no qual se está inserido. A ancoragem está dialeticamente articulada à objetivação e à própria incorporação e interpretação do objeto, direcionando a orientação dos comportamentos dentro do grupo social (MOSCOVICI, 1978).

Novais (2000) salienta que a sociedade ocidental atribui com frequência características aos idosos, como perda gradativa de energia física e mental, baixa auto-estima, falta de confiança em si mesmos, intolerância, a perda do sentimento de importância, hipersensibilidade, conformismo com as perdas sofridas, sentimento de solidão, de isolamento, depressão, entre outros. Para a autora, estudos psicossociológicos confirmam que a representação do idoso é percebida geralmente como inútil, inválido, não

produtivo economicamente, um peso social e é influenciada pela ordem sócio-cultural vigente. Normas e valores perpassam pela ideologia, sendo interiorizadas de acordo com os modelos vigentes e com as expectativas dos grupos sociais e culturais, em consequência, parte dessas crenças são construídas na forma de representações, nas conversações diárias dos grupos.

As representações sociais são entidades quase tangíveis. [...] elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, de um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

Magalhães (1989) ressalta que diferentes imagens da velhice são produzidas em função de determinados meios sociais, portanto, a velhice não é representada da mesma maneira, sendo influenciada por fatores sociais, culturais, políticos e, principalmente, econômicos, fazendo com que os significados e valores relacionados à velhice sejam diferentes. Assim, a representação social da velhice, que faz parte do cotidiano social, recebe significados desde os tempos mais remotos, fazendo parte dos aspectos socioculturais e históricos das pessoas. Esses significados, à medida que circulam, modificam-se, assumindo formas diferentes de acordo com os modelos vigentes em uma determinada época e formação social.

Como já mencionamos anteriormente, a função essencial da representação social, para aqueles que representam, é tornar aquilo que não é familiar em algo familiar, próximo e prático (MOSCOVICI, 1978), essa função relaciona-se com a tentativa de representar uma realidade pouco conhecida a partir do que se sabe dela. Nesse contexto, o conjunto de significados e de representações sociais cria e fortalece idéias, pensamentos e imagens dos velhos, atuando no

processo de discriminação social da velhice, como também da pessoa idosa aposentada, quando a relacionam à inatividade, à incapacidade, contribuindo dessa maneira, para as mais diversas formas de exclusão, discriminação contra esses segmentos, e se mostram presentes no cotidiano e na realidade social. Esse conjunto de significados e de representações é incorporado, apropriado, e disseminado pela sociedade, reproduzindo-se num movimento de perpetuação de informação.

Nas sociedades contemporâneas, comenta Debert (1996), três condições inter-relacionadas dão uma configuração própria à terceira idade e as representações sobre o envelhecimento. Mudanças no aparelho produtivo, ocasionando uma expansão das camadas médias assalariadas e com novos padrões de aposentadoria que envolvem entre os aposentados, um contingente cada vez mais jovem da população, significando que a aposentadoria deixa de ser um marco indicativo para a velhice, ou uma maneira de assegurar a subsistência, daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de desenvolver um trabalho produtivo; a outra condição refere-se ao fato de que os aposentados não podem ser considerados o setor mais desprivilegiado da sociedade, quer seja nos países de capitalismo avançado, quer em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Tratar da velhice nas sociedades industrializadas era traçar um quadro dramático de perda e de *status* social dos velhos, a industrialização teria destruído a segurança econômica e as relações estreitas entre as gerações na família, que vigoravam nas sociedades tradicionais. Desta perspectiva, a situação atual, em que os velhos se transformam em um peso para família e para o estado, opunha-se a uma Idade de Ouro, em que eles, dada sua sabedoria e experiência, eram membros respeitados na família e na comunidade. O empobrecimento, a perda de papéis sociais e os preconceitos marcariam a velhice nas sociedades modernas, que abandonavam os velhos a uma existência sem significados. (DEBERT, 1996, p. 37).

A última condição relaciona-se à transformação da velhice em problema social, quando várias estratégias são utilizadas para combater o envelhecimento, ou seja, encorajam as pessoas idosas a autopreservação do corpo, isso desde a década de 70 do século passado, para evitar a decadência e a deterioração, enfatizando a noção de que o corpo é fonte de prazer, assim, o Estado não terá tanto gasto com a saúde, já que esse público é educado para evitar a negligência corporal.

Disciplina e hedonismo se combinam, na medida em que as qualidades do corpo são tidas como plástica, e os indivíduos são convencidos a assumir a responsabilidade pela sua própria aparência. Os indivíduos são não apenas monitorados para exercer uma vigilância constante do corpo, mas são responsabilizados pela sua própria saúde, através da idéia de doenças auto-inflingidas, resultado de abusos corporais como a bebida, o fumo, a falta de exercício (DEBERT, 1996, p. 37).

A criação do termo Terceira Idade ocorre na França no final dos anos 60 para designar de forma pretensamente mais aceitável o período da vida em que o indivíduo afasta-se da vida produtiva e da maioria dos papéis que caracterizam a vida adulta. (PALMORE, *apud* ALENCAR, 2004.). Ou seja, o governo Francês estava intencionado a reformular o sistema previdenciário, incluindo aumento das contribuições e reestruturação das idades para concessão da aposentadoria, assim como a transformar a imagem das pessoas envelhecidas, haja vista que os novos aposentados estavam reproduzindo práticas sociais das camadas médias assalariadas e a imagem de degradação era relacionada principalmente às camadas populares. Portanto, houve necessidade de se criar um novo termo para expressar de forma mais respeitosa a representação dos jovens aposentados, surge a “terceira idade”, representando o envelhecimento ativo e independente, convertendo-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a

prática de novas atividades sob o signo do dinamismo, designando os “jovens velhos”. (PEIXOTO, 1998).

Esse novo conceito “terceira idade” foi sendo introduzido no discurso gerontológico, para demonstrar uma visão menos estereotipada da velhice. O termo “idoso” foi adotado para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, como aquela mais favorecida ou com melhor poder econômico, “os velhos respeitados”. A partir de então, os “problemas dos velhos” passaram a ser vistos como “necessidades dos idosos” (PEIXOTO, 1998). Assim, mesmo que, atualmente, observemos a emergência de uma imagem menos negativa da velhice, as palavras, velhice, velho e velha têm culturalmente um peso negativo muito forte na sociedade, é o que comenta Debert (1999).

A “Terceira Idade” expressa a sensibilidade em relação à velhice que vem se transformando, como reflexo à sintoma das formas de sociabilidade que se desenvolvem contemporaneamente nos grandes centros urbanos, numa operação que encontra nos programas para a terceira idade um espaço propício à sua realização. O que se pretende demonstrar é que a “terceira idade” constitui um código: de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através do qual as experiências de envelhecimento individuais podem ser partilhadas, em um contexto marcado pelo surgimento de um discurso científico sobre a velhice e o envelhecimento, e por mudanças na forma como os indivíduos, ao envelhecer, negociam com imagens estereotipadas da velhice.

Comumente há uma relação entre aposentadoria e velhice, a velhice está associada à perda de capacidade para o trabalho. Esta concepção se fortaleceu com outras opiniões negativas a respeito do desempenho da pessoa idosa. A aposentadoria pode representar também uma situação desqualificadora, desprestigiadora, visto que, com a aposentadoria, *os idosos*

aposentados passam à condição de ex-trabalhadores, inativos, originando um conjunto de valores e práticas de exclusão cultural e social, pois, como não compõem a população economicamente ativa, são vistos como velhos dependentes, que precisam ser mantidos pelo Estado e pela sociedade, *acarretam ônus para o Estado (grifo meu)*. Essa desvalorização tem reflexos relevantes na esfera da subjetividade dos sujeitos sociais.

[...] Eles não são mais úteis à sociedade de produção, não têm mais o mesmo status, nem o mesmo valor no grupo social. Isto pode acarretar um comportamento de afastamento, isolamento [...] é assim que pode surgir nos aposentados um sentimento de inutilidade e de desvalorização (SANTOS, 1990, p. 26.).

Com a chegada da velhice, a aposentadoria representava o fim das atividades ou o do trabalho remunerado, vinculando-se à idéia de pobreza e incapacidade produtiva. A aposentadoria é uma instituição da sociedade industrial moderna, pois a preocupação com questões referentes à velhice dos operários desencadeou as primeiras iniciativas para a legitimação da aposentadoria, como foi abordado nesta investigação, o que estimula a reflexão sobre as novas imagens em relação à velhice e ao significado atribuído à aposentadoria.

A aposentadoria é caracterizada pela saída do mundo do trabalho, pela entrada no mundo doméstico e pela passagem do mundo do poder para um mundo em que o poder está nas mãos dos outros. A perda de poder torna-se responsável pela emergência de conflitos domésticos [...] (STUCCHI, 1987).

Rodrigues (2000) focaliza dois pontos principais nas definições de aposentadoria: a inatividade após um tempo de serviço e a remuneração por essa inatividade. Esses elementos são decisivos para o entendimento das conseqüências nas vidas daqueles que se aposentam.

A aposentadoria requer um condicionamento mental e social que a maior parte das pessoas não possui, e isso porque a cessação da atividade profissional constitui uma exclusão do mundo produtivo, que é a base da sociedade moderna [...].Se, de um lado, alguns a vivem como um tempo de ‘liberdade’, de ‘desengajamento profissional’, de ‘possibilidade de realizações’ de ‘fazer aquilo que não teve tempo de fazer’ durante a vida ativa, de ‘aproveitar a vida’, de ‘não ter mais patrão, horários obrigatórios’ etc, outros a consideram como um ‘tempo de nostalgia’, de ‘enfado’ etc. (RODRIGUES, 2000, p.27-28).

No cenário atual, um movimento inverso está se configurando, há uma tendência de desaparecer ou se desvincular a relação entre velhice e aposentadoria, apresentando uma nova etapa no curso da vida, manifestada pela idéia da “terceira idade”.

Porém, a velhice não deve ser tratada isoladamente, mas na diversidade das relações sócio-culturais, o que faz com que a representação social do idoso esteja sujeita à interferência de preconceitos, estigmas e estereótipos sociais. As imagens nas quais a velhice aparece associada à solidão, doença, viuvez, morte etc., e que enfatizam essa fase da vida como uma condição desfavorável, muitas vezes indesejada, estão sendo redefinidas.

O aparelho midiático cada vez mais vem propagando matérias sobre pessoas idosas que de alguma forma estariam agindo como “não velhas”. São pessoas mais velhas com 70, 80 e até 90 anos praticando esportes, ginástica, dançando, exercendo atividades profissionais e se divertindo, em atividades que mostram uma vitalidade e alegria normalmente relacionada com a juventude.

Geralmente, essas matérias tentam mostrar a superação da velhice e de sua condição de degradação física e social. No entanto, ao demonstrar essas pessoas com esse novo estilo, enfatizam e reforçam a responsabilidade de cada indivíduo perante a forma como envelhece, não associando a velhice com outros aspectos, seja subjetivo seja objetivo, que influenciem na velhice.

A resolução dos problemas da velhice avançada nas representações da terceira idade produz um processo de “reprivatização da velhice” e envolve sua transformação em responsabilidade individual (DEBERT, 1996).

Tais matérias designam a estas categorias “terceira idade”, àquelas, que não têm o mesmo comportamento, porque não podem ou não querem, restariam os rótulos de “velhos” e toda a carga pejorativa que os acompanha. Ressalta-se que o culto midiático, da chamada “terceira idade”, enfatiza o lado mais positivo da velhice, o que representa uma visão parcial deste fenômeno, válida também para o processo inverso, no caso das interpretações dramáticas e pessimistas desta fase da vida.

Debert (1997), citando Laslett. (1987), enfatiza que a invenção da terceira idade sugere uma experiência inusitada de envelhecimento, pois sua compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. Essa intervenção requer a existência de uma “comunidade de aposentados”, com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa de vida é propícia à realização e satisfação pessoal.

A noção de ‘terceira idade’ sintetiza aspectos importantes dessa nova sensibilidade em relação à aposentadoria, como um período em que se torna

possível reprogramar a vida, em busca de lazer, satisfação e realização pessoal. Imagens mais positivas de idosos emergiram, associadas às possibilidades de converter a aposentadoria num 'platô' infinitamente extenso de consumo ativo e agradável (FEATHERSTONE, *apud* SIMÕES, 2000, p. 275).

A partir dessas idéias buscamos neste trabalho de pesquisa o olhar do senso comum para compreender a significação da aposentadoria e da velhice para os idosos aposentados, já que esse olhar é imprescindível para assimilar novas informações sobre esse grupo, que são os conteúdos cognitivo- emocionais presentes e conceituar a aposentadoria e a velhice a partir dos próprios sujeitos.

4 APOSENTADORIA E VELHICE

4.1 APOSENTADORIA

4.1.1 PRÊMIO E DIREITO

Pensar a questão da velhice do idoso aposentado envolve múltiplas abordagens, entre estas a formação da representação que é utilizada para identificar o idoso aposentado e a velhice, que passam a se constituir na linguagem do senso comum na realidade social. Nesse sentido, no conjunto de entrevistas com os sujeitos, a velhice e a aposentadoria foram associadas a vários aspectos, sendo que todos os participantes expressaram uma perspectiva positiva sobre sua condição, havendo singularidades em suas falas, elementos que contribuem para a construção das representações sociais de aposentadoria e de velhice pelos idosos.

Os sujeitos entrevistados constroem a representação social da aposentadoria, como um prêmio, um descanso justo, por terem se dedicado ao trabalho por mais de 30 anos e dessa maneira contribuído para o desenvolvimento do país, é o que relata o idoso nº 1. Também se percebe nas falas que para os sujeitos entrevistados a “remuneração pela inatividade” não significa favor, concessão do governo, mas sim a devolução do que foi descontado de seus proventos e repassado aos cofres da Previdência Social, já que esta funciona para eles como uma espécie de poupança.

Recebo um salário mínimo de pensão por parte do meu marido, ele me abandonou. Mudou muito, naquela época nem banheiro eu tinha, hoje a minha casa é de alvenaria que o meu filho e eu com este dinheirinho construímos. (Idosa nº 8).

Como aposentado até agora está normal, me aposentei em 1992, já são 14 anos de aposentadoria, tô me sentindo bem, eu me dei bem. Eu não tive perdas com a aposentadoria, ela representa pra mim um prêmio do que eu trabalhei 36 anos e oito meses, eu comecei a trabalhar em 1958, 08 de agosto de 1958, me aposentei em 92, com uma média de 36 anos de serviço, eu estava com 52 anos. Depois eu não quis mais trabalhar, dei minha vaga pra outro, já trabalhei, já colaborei com o Estado, com o Município e com o Brasil, agora é só..., (Idoso nº 1).

A mulher idosa pensionista, assim como o homem aposentado, deixa transparecer um orgulho pelas suas conquistas não só como direito, mas também pelos bens materiais, proporcionando conforto que é usufruído junto com a família. A justificativa meritocrática significa que o sujeito receberá o prêmio se tiver realmente se esforçado em benefício de algo maior, diferenciando-se dos demais. O trabalho, concebido como uma fase de trabalho árduo, de luta, é recompensado com uma aposentadoria satisfatória do ponto de vista pecuniário.

[...] faleceu com 78 anos, foi em 1978 e daí eu passei ser pensionista, eu mesma fui entregar o cartão dele lá no banco, fui no posto do INSS, eu mesma resolvi (pensão) e hoje eu estou *recebendo o que ficou pra mim*. Então eu sou pensionista, pra mim *é ser herdeira do meu marido, quando se merece*, pelo menos eu não questioneei, ninguém questionou comigo, assim de briga, eu corri atrás dos meus direitos, foi tudo normal [...]. (Idosa nº 2).

Eu me aposentei em 90, graças a Deus tenho uma aposentadoria boa, porque trabalhei numa empresa boa e hoje tudo que eu plantei tô colhendo, junto com meus filhos, netos e minha esposa e vou levando uma vida, graças a Deus, normal. A aposentadoria pra mim não trouxe perdas, trouxe ganhos porque trouxe mais conforto pra minha família. (Idoso nº 6)

Goldman (2000) comenta que está inclusa nos chamados direitos sociais a educação pública, laica e universal, a saúde, a habitação, a previdência pública e a assistência social, dentre outros. Mas mesmo estabelecidos em instrumentos legais como nas Constituições, Códigos e Estatutos, os direitos sociais nem sempre são respeitados. Os direitos sociais, os mais vulneráveis alvos prioritários da "onda" neoliberal, dependem da organização da população como um todo e do grau de desenvolvimento do movimento operário em particular. Com frequência constituem a margem de manobra das políticas sociais. O idoso nº 11 expressa em sua fala a desconfiança existente quanto ao cumprimento desses direitos, mesmo considerando que a aposentadoria não tem o valor desejado, ela representa a segurança para sua subsistência. “Tem aquele ditado: quando a esmola é muito grande, o santo desconfia; ou: mas antes o pouco certo do que o muito duvidoso”.

[...] eu acho que se eu tivesse na ativa (fixo), estaria numa pior, a aposentadoria é pouca, mas é certa, todo mês eu vou buscar, [...] então pra mim representa muita coisa boa, porque sem ela eu taria comendo na casa de um, na casa de outro, (Idoso nº 11).

No contexto do debate sobre cidadania, é absolutamente inegável a relevância que as políticas sociais em geral cumprem como possibilidade de ampliação da cidadania. Goldman (2000), sobre a questão da cidadania, concorda com Cerqueira (1991), pois, este autor afirma que:

A questão da cidadania no Brasil ainda implica na construção dos cidadãos enquanto uma experiência coletiva de participação social e consciência dos direitos e deveres, mas também enquanto construção de canais de aprendizagem que alcançam o patamar de cidadão. (CERQUEIRA, *apud* GOLDMAN 2000, p. 16).

A visão da aposentadoria como prêmio para esses idosos aposentados pode ser associada a uma certa desconfiança quanto a uma série de direitos que são comumente desrespeitados, contudo, embora “pouca” a aposentadoria é certa, e através dela garante-se a sua sobrevivência.

Por outro lado, tem há também a percepção de alguns idosos que começa a revelar-se inconformada e crítica com o sistema Previdenciário do Brasil, visto que seus benefícios percebidos inicialmente, gradativamente foram perdendo ou restringindo o poder de compra, impossibilitando a realização de desejos e vontades que são planejados para o momento da aposentadoria, acarretando com isso uma insegurança e insatisfação dos entrevistados.

[...] esse 5% que o Lula deu agora... vem achatando nosso salário, ele deu 6% no ano passado, agora ele deu 5%, ele aumentou o salário mínimo 16.6% e pra nós deu 5%, então nós perdemos 11.6%, ele vem achatando o nosso salário. (Idoso nº 1).

Ganhando o que eu comecei ganhando logo no primeiro ano do instituto, do INSS, o que eu me aposentei em 1986, que seriam 10,25 salários mínimos, hoje corresponde a mais de 3 mil reais eu estou ganhando 6 salários mínimos, então há uma defasagem de 4,25 salários mínimos, então isso é um absurdo porque padrão de vida diminui, cai, é o que está acontecendo com os aposentados. (Idoso nº 3).

As falas dos idosos denunciam e representam o que vem acontecendo com as políticas sociais, corroborando o pensamento de Goldman (2000) quando diz que a aposentadoria, criada como um mecanismo de prevenção dos riscos sociais e cobrindo as situações ligadas à desvinculação do mercado de trabalho, se constitui, na realidade, em uma armadilha para o trabalhador. Evidencia-se uma contradição entre as promessas e o investimento do trabalhador e as condições reais propiciadas pela aposentadoria, desvendando a farsa da relação contratual entre o trabalhador e a Previdência Social. “Reconheço que aposentadoria pros nossos governantes não vem correspondendo as nossas expectativas, nós pagamos por um valor pra receber na velhice e não recebemos, recebemos muito inferior. (Idoso nº 3)”.

Neri (2004) comenta que, no Brasil, o crescimento da população idosa e o aumento da longevidade vêm acarretando repercussões relevantes para os campos social e econômico, visto que um número crescente de idosos está passando a depender, por mais tempo, da previdência social e dos serviços públicos de saúde e assistência social. Sabe-se que os problemas dos idosos aposentados e pensionistas, principalmente os mais pobres, são agravados pelas aposentadorias e pensões que são concedidas aos idosos pelo Estado, não só a eles como à população como um todo.

A proposta neoliberal vem se firmando, também, na defesa da privatização de empresas estatais e da Previdência Social. Os direitos tão duramente conquistados pelo segmento de aposentados, pensionistas e idosos cada vez mais estão sendo ameaçados pelo achatamento dos seus valores, o mesmo vem acontecendo com a classe trabalhadora. “Tenho muitas perdas porque eu só tenho dívidas todo o tempo, nunca levanto a cabeça, agora quis até vender a minha casa pra comprar outra menor e pagar as minhas dívidas, mas não sei se vai dar certo e a gente fica com o pé atrás. (Idosa nº 4)”.

Nesse sentido, Borges (2003) menciona que a política de Previdência Social no Brasil caracteriza-se por ser contributiva, ou seja, só têm direito aos benefícios aqueles que contribuem previamente e o montante dos benefícios é proporcional à contribuição.

Torna-se evidente que a condição de aposentado não está circunscrita apenas à questão econômica, mas a todo um conjunto de sentimentos novos que são comuns a estes idosos que passam a ter uma atitude negativa frente ao processo, como já sinalizara Moragas (2004). Além disso, a perda do *status* social e a supressão do poder de trabalho são determinantes para a quebra das expectativas positivas e conseqüentes desilusões, como representa o idoso abaixo. “A minha aposentadoria pra mim é uma vitória, pelo seguinte, pra mim não houve perda, perda da seguinte maneira, toda pessoa quando se aposenta *tem um sonho de pegar seu dinheiro e viajar*, essas são as perdas que eu considero porque o que eu ganho não dá pra fazer. (Idoso nº 10).

A aposentadoria, a despeito de ser percebida numa perspectiva meritocrática, também é manifestada pela percepção de injustiça. Geralmente as pessoas quando se aposentam, depois de muitos anos de trabalho, gostariam também de além de outras coisas, viajar, passear, usufruir do lazer, mas o valor recebido da aposentadoria não permite usufruir desse direito e, assim, nas falas

afloram sentimentos de descontentamento com o sistema, e perda da autonomia conquistada em anos e anos de trabalho. “Eu trabalhava numa fabrica de castanha e me aposentei com 60 anos, hoje estou com 70 anos, tenho 10 anos de aposentada, a aposentadoria pra mim é uma ajuda que a gente tem, que não dá pra nada e acaba dando”.(Idosa n° 9).

A reforma da Previdência Social que foi anunciada no governo Collor está sendo implementada pelas forças políticas que sustentaram o projeto no governo de Fernando Henrique Cardoso e se consolida e se aprofunda no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. As regras estabelecidas anteriormente sofreram modificações e a tendência é que deverão se ajustar ao novo cenário demográfico brasileiro.

Embora a Previdência Social seja uma conquista da classe trabalhadora, resultado de suas reivindicações junto à classe dominante, as legislações que a determinam, que a regem são elaboradas por representantes dessa classe. Nesse sentido, “elas não procuram sanar ou atenuar diferenças econômicas da população segurada, pelos benefícios e serviços. Pelo contrário, reafirmam estas diferenças. Tratam todos como iguais, mas cada um dentro de sua categoria econômica” (DANIEL, *apud* HADAD, 1986, p. 44), como evidencia a fala do idoso n° 6 “Nas aposentadorias há demais discriminações porque a gente não pode dizer que a minha aposentadoria é igual a do outro, porque o padrão é diferente”. Sim, não é igual porque estes idosos trabalharam em uma empresa de economia mista, recebendo um salário que lhes deu condições para aquisição de uma aposentadoria privada como complementação de seus benefícios. “Porque eu felizmente tive a felicidade, tenho o privilégio, posso dizer assim de ter ingressado numa empresa que tinha um bom padrão, um bom salário. Idoso n° 3”. Os idosos n° 6 e n° 3 reconhecem que têm situação diferenciada e que são privilegiados, diferentes da grande

parte dos aposentados que recebem um salário mínimo, e que tal condição foi conseguida por trabalharem em empresas que possuíam sistema previdenciário diferenciado.

Se nós funcionários da Petrobrás não tivéssemos formado uma instituição, uma fundação que nos garantisse depois de aposentado garantisse o complemento do que nós ganhamos, estaríamos numa situação terrível, não sei como nós poderíamos manter a família. [...] Me aposentei com 37 anos de serviço e 50 anos de idade, fui chamado de vagabundo por FHC, mas nunca fui vagabundo. Inclusive não vejo muita perspectiva se não houver uma mudança do governo numa maior amplitude e num investimento maciço sobre educação porque a falta de educação de nosso povo está fazendo com que as pessoas fiquem desempregadas e aquela que tem emprego, saindo ou estando no emprego, volta à informalidade. (Idoso n° 3).

Dessa forma, Goldman (2000) ressalta que é neste cenário de crise que a correlação de forças de categorias socialmente preteridas a planos secundários como os aposentados e pensionistas *idosos* é posta à prova. É um desafio que os aposentados e pensionistas *idosos* precisam enfrentar, quer através dos movimentos sociais organizados, quer através do nível de consciência e de responsabilidades individuais. São nesses movimentos, sugeridos pela autora, que os sujeitos desta investigação estão participando ativamente como protagonista de suas conquistas e de sua história, “*agora já está surgindo os resultados*”, (grifo meu) como diz o idoso n° 1, referindo-se a aprovação do Estatuto do Idoso, Política Municipal da Pessoa Idosa, a organização social do idoso, dentre outros. O usufruto dos direitos sociais pode ser garantido com a efetiva participação política da população através do engajamento nos fóruns de debates, nas reuniões ampliadas dos conselhos, conferências, pois estes, são instrumentos de controle social, de pressão e de denúncia.

Eu comecei a entrar nessa luta logo que começou a UNITERCI, mais ou menos de 92 pra cá, depois fui pra FAAPA, e aí se juntou entidades LBA, FUNPAPA, cheguei a ser diretor de entidade e a gente ia em várias entidades de idosos, eu e mais umas três pessoas, que me falha na memória agora, a gente ia na Terra Firme, Ananindeua, Canudos, a gente orientava, convidava para participar da reunião na FAAPA, da passeata no dia do idoso tudo isso agente ia fazendo, fizemos várias reuniões na LBA, já trabalhando em cima do Estatuto do Idoso. (Idoso n°1).

É importante ressaltar que a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) é o órgão da esfera municipal responsável pela coordenação da Política de Assistência Social. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada em agosto de 1942 e extinta em 1995, foi a primeira instituição nacional de assistência social criada com o objetivo de prover as necessidades das famílias dos convocados para combater na II Guerra Mundial, era um órgão federal responsável pela coordenação, normatização e execução da Política de Assistência Social. A superintendência da LBA no Estado do Pará em convênio com os governos do Estado e dos Municípios, bem como com entidades não governamentais, desenvolvia várias ações voltadas para a classe popular, incluindo o atendimento aos idosos que se constituía em duas modalidades: o atendimento asilar e o projeto Apoio à Pessoa Idosa /Conviver, este último desenvolvendo atividades, como trabalhos manuais, reuniões, passeios e conferências. Esta instituição foi uma das pioneiras em desenvolver ações voltadas à população idosa.

A partir da década de 90, a história vem mostrando que a construção de parcerias empreendidas pelos movimentos de aposentados, pensionistas e idosos foi possível pela via da participação organizada e da consciência do potencial político que essa população apresenta, como também esse grupo vem adquirindo peso considerável no mercado consumidor, onde se abrem perspectivas de constituição de um *nicho* de mercado, pois são visadas como

consumidores potenciais aos quais se focaliza atualmente o “marketing” diversificado (turismo, moda, lazer, etc...).

Freqüentemente a mídia em anúncios publicitários utiliza-se da imagem do idoso aposentado, sentado em cadeira de balanço ou então em praias usufruindo do lazer, homogeneizando essa etapa da vida, concebendo os idosos de forma estereotipada e negativa. O idoso aposentado é mencionado em dados estatísticos e em registros formais como percentual “inativo”, ou seja, o idoso é relacionado ao ócio, sem função.

Contrapondo a essa idéia, onde o idoso aparece como inativo ou em eternos momentos de lazer, vemos, no dia-a-dia, trabalhadores idosos que se aposentam, retornando ao mercado de trabalho seja formal seja informal. Muitas vezes as péssimas condições de vida os obriga a retornar ao trabalho, para tentar amenizar suas dificuldades financeiras, geradas pelo ínfimo valor da aposentadoria, visto que não conseguem suprir todas suas necessidades. É o que revelam as falas a seguir.

[...] Depois de longo tempo, voltei a trabalhar, [...] sou enfermeira, (auxiliar de enfermagem), então eu prefiro tá aqui, no asilo, trabalho de noite, meu serviço não é pesado, durmo à noite se tiver todo mundo bem, a minha vida é assim, e aqui a renda ajuda, ajuda na minha casa, pretendo sanar as minhas dívidas (Idosa nº 4).

A aposentadoria ocasionou perdas no status econômico, para esses idosos, decaiu o seu padrão de vida do idoso aposentado. “[...] eu só tenho dívidas todo o tempo [...]”, desabafa a idosa nº 4. Para sanar as dívidas contraídas, retorna ao mercado de trabalho formal, o que ganha dá pra ajudar em casa e também complementa sua aposentadoria, trabalha a noite, cuida dos

idosos residentes em uma Instituição de Longa Permanência (ILP), ela diz: “meu serviço não é pesado”, justificando o porquê de trabalhar a noite. Para aqueles que têm uma qualificação “não é tão difícil” retornar ao mercado de trabalho formal e desempenhar a mesma função anterior.

Também há os idosos aposentados que continuam no setor informal, em condições precárias, pois as atividades neste setor são oscilantes, “Tem tempo que dá, e outros não”, relata o idoso nº 11. Aqui na nossa cidade o clima também contribui para essa oscilação. “Eu trabalho de pedreiro, mas às vezes eu passo 15 dias 30 dias sem trabalho e aí ? Como eu iria viver? Eu quero comprar um cantinho pra mim eu não sei quanto eu vou durar se 70, 80...” (Idoso nº 11).

No depoimento do sujeito nº 11, há preocupação com o futuro “eu não sei quanto eu vou durar se 70 80”, ele sabe que a expectativa de vida do brasileiro está aumentando. Faz projeto de comprar um cantinho, justificando dessa forma a necessidade de continuar trabalhando. Os projetos, assim como o trabalho, podem também ser uma condição importante nessa etapa da vida, porque são uma forma de dar sentido à existência dos idosos como seres que mantêm suas faculdades mentais ativas, com capacidade de projetar e viabilizar seus desejos, isto é, a própria existência de projetos significa valorizar a vida e ter uma razão, um significado de estar vivendo, essa parece uma questão sempre presente na velhice.

“A concretização do projeto dá uma resposta possível a essa questão” (BARROS, 1998, p. 165). Contudo, para esse idoso o projeto de futuro não é uma escolha, deve-se principalmente à falta de oportunidades, ao longo da vida, de concretizar suas aspirações, como é o caso da moradia. O Estatuto do Idoso estabelece no Art. 38. “Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recurso público o idoso goza de prioridade na aquisição do imóvel para moradia” e no inciso. IV menciona que sejam os critérios de financiamento compatíveis com os

rendimentos da aposentadoria e pensão. Embora essa lei seja de 2004, o que se observa na prática é que vários de seus artigos ainda não estão sendo implementados, e também se desconhece alguma discussão relacionada com a questão da política de habitação na esfera do governo, seja ele federal, estadual seja municipal. Enquanto isso, o idoso retorna ao mercado de trabalho informal nas piores condições para juntar “um dinheirinho para comprar seu cantinho”. A questão da moradia é um problema não só do idoso, mas também da população de baixa renda que não tem acesso à linha de crédito que é disponibilizada pelo governo.

[...] eu vivo agora o presente com uma projeção para o futuro, mas eu não penso na velhice, eu não penso nem na morte, porque eu sei que a morte, ela virá inexoravelmente, eu quero ter esse trabalho por muitos e muitos anos, eu não vou me desvencilhar disso aí, (defesa dos direitos do idoso). (Idoso nº 3).

O trabalho ao qual ele se refere é o trabalho social, o idoso é um produtor social em defesa dos direitos do idoso aposentado, vive a velhice, mas não pensa na morte, a sua perspectiva está na continuidade desse trabalho. Neste sentido, Bosi (1994, p. 80) também acrescenta : “nossas faculdades, para continuarem vivas, dependem de nossa atenção à vida, do nosso interesse pelas coisas, enfim dependem de um projeto” A realização de um projeto tem uma grande relevância, pois significa que o idoso, a despeito das dificuldades, das adversidades, pode ultrapassar algumas limitações, tais como: idade, condição física, etc., e ir em busca de realizar seus desejos, superando alguns estereótipos ainda tão presentes em nossa sociedade, tais como, o idoso é limitado não consegue adequar-se à realidade atual, é desatualizado, pois não consegue acompanhar os avanços da tecnologia, da informação e vive sem maiores expectativas na vida.

Peixoto (2004) enfatiza que, seja qual for o trabalho exercido posterior à aposentadoria, uma parcela significativa dos brasileiros aposentados, ou seja, mais de um terço das pessoas aposentadas, retornam ao trabalho e a consideram como uma necessidade mesmo recebendo baixo salário, pois isto representa a possibilidade de uma complementação salarial.

As mulheres desempenham, principalmente, atividades domésticas. Essas mulheres pertencem às gerações nascidas nos anos 1930 e 1940, quando a educação feminina as ensinava ser donas de casa, cuidar do marido, cuidar da casa, dos filhos, “[...] Lá em casa nós costuramos, eu faço as minhas bijuterias, vendo, gosto de trabalhar, tá entendendo, complementa a minha aposentadoria. Idosa nº 9”. Sobre essa temática Peixoto (2004) aborda que essa educação familiar que prepara as filhas para o mundo doméstico é mais visível nas camadas populares, onde as mulheres resistem menos às pressões familiares.

Nos estudos realizados por Camarano (2004), é ressaltado que a universalização da seguridade social, a contribuição da renda do trabalho na renda do idoso, é bastante significativa. Pois, trabalhar, para o idoso aposentado, pode significar renda mais elevada, bem como autonomia física e mental e maior integração social. O que é ilustrado pela fala da idosa nº 9 “aqui (espaço de convivência) faço crochê, vagonite, assim eu exercito as minhas mãos e a minha memória”, o espaço de convivência é um espaço de integração, interação com outros.

Ainda que muitos idosos não sejam considerados ativos pelo modelo previdenciário ou não sejam geradores de renda de acordo como sistema econômico fortemente baseado no capital, aportam com uma grande contribuição social mediante a realização de atividades não remuneradas postadas às respectivas famílias ou comunidades. Suas contribuições vão além das proporcionadas por aqueles que vivem do trabalho como simples produtores de mercadorias (LEMOS, 2003, p. 117).

A continuidade dos idosos no mercado de trabalho, posterior à aposentadoria, pode ser ocasionada por vários fatores como também por outras atividades não remuneradas que o idoso possa desenvolver, que de alguma forma possam contribuir economicamente, tais como, atividades prestadas às suas famílias ou comunidades. Para esses idosos, a aposentadoria representa muita coisa boa, ou seja, representa o prêmio e direito pelos anos de dedicação ao trabalho e pela organização de classe trabalhadora.

4.1.2 APOSENTADO E PROVIDOR

Os idosos aposentados e pensionistas entrevistados manifestaram que aposentadoria significa contribuição, um recurso importante para prover recursos as famílias, por diversas razões. Razões estas motivadas pelo retorno dos filhos ao ninho familiar após uma separação conjugal, filhos que nunca saem de casa, desemprego estrutural que vem afetando várias famílias, baixo salário impedindo de dar conta das despesas familiares, entre outros, conforme os relatos dos idosos. “[...] porque a minha filha se separou com quatro filhos, ficou arrasada nos seus sentimentos, e tive que ajudar, dar o ombro, a criar os netos, então a aposentadoria, e o que ganho, ajudo em casa. (Idosa n °4)”. As mulheres idosas, depois de criar os filhos e educá-los, continuam ajudando financeiramente nas despesas de casa, na educação dos netos, através de pequenos serviços e compartilha emoções.

Camarano (2004) afirma que ao contrário do que fizeram na sua vida adulta, os idosos assumem, progressivamente, o papel de chefes de família e de provedoras. Neste estudo entende-se por provedor aquela pessoa que contribui, que participa não só das despesas, da manutenção financeira, mas também que dá apoio emocional à sua família.

“Comigo mora uma filha que é separada e mais quatro netos já adultos, mas vieram todos pequenos, eu dou moradia e ajudo no que posso, a minha pensão é um salário, [...] nós dividimos a despesa, eu pago a luz, pago imposto predial, até anual porque tem desconto. (Idosa nº 2)”.

Eu moro na minha casa com um filho solteiro de 43 anos, mas também trabalha e me ajuda e eu ajudo essa minha filha com os netos [...] recebo a pensão ajudo uma filha, o marido dela vive de bico e hoje tá um pouquinho melhor por causa da bolsa -família, mas eles moram de aluguel, [...] (Idosa nº 8).

Todas essas mulheres moram na sua casa própria, adquirida como herança do marido. Os filhos, em decorrência de certos eventos, e precisando de apoio, seja moral seja financeiro, voltam a coabitar com elas, o que muitas vezes impelem a idosa a retornar ao mercado de trabalho porque só a aposentadoria não dá para o sustento da família “agora eu continuo trabalhando por quê?” questiona a idosa nº 4, expressando cansaço pelos anos de trabalho, “essa foi a minha vida de anos e anos”, há também sentimentos de tristeza por alguns conflitos intergeracionais, como o tratamento da neta, fato que leva a tomar atitudes autoritárias e exigir respeito até porque a casa é sua. “Por problemas de família em casa, aborrecimento, a criação é diferente, eu não aceito isso quando eu tenho que dizer, eu digo, eu exerço a minha autoridade, e muito, tenho 78 anos, mas eu sou a dona da casa, eu ainda grito”. (Idosa nº 4).

Estudos realizados por Peixoto (2004) encontraram também um número significativo de idosos aposentados que desempenham um papel decisivo na organização familiar e entre eles vários confessaram estar cansados e com vontade de se aposentar definitivamente. Também, em sua pesquisa, identificou-se que a maior parte dos entrevistados tem residência própria onde mora com os filhos. As mulheres são majoritariamente proprietárias e, em geral, herdaram a moradia dos maridos falecidos, o que também encontramos no nosso estudo, pois a maioria das idosas são viúvas, apenas uma é separada. Essas gerações apresentam uma singularidade, viveram período econômico mais favoráveis à aquisição de um patrimônio e muitas vezes beneficiadas pelos programas governamentais de financiamento da casa própria.

Atualmente a mulher idosa tem um padrão de vida mais elevado em função da cobertura previdenciária, ou seja, da universalização dos benefícios da seguridade social, conforme afirmação de Goldani.

[...] é fato reconhecido que a mulher idosa brasileira está vivendo em melhores condições de vida. Isso se deve à ação conjunta de três fatores: a ampliação da cobertura previdenciária, o maior acesso aos serviços de saúde e o crescimento da tecnologia médica. Há não muito tempo, o envelhecimento trazia, para as mulheres brasileiras, pobreza e isolamento da esfera social. A grande mudança dos últimos 20 anos é que o final da vida ativa e a viuvez não significam, necessariamente, isso. A última fase a vida deixou de ser residual, vivenciada por uma minoria, para ser uma fase de duração até maior do que a infância e a adolescência. Observou-se uma melhoria absoluta e relativa nas suas condições de vida, medidas por indicadores de rendimento, o que repercutiu nas suas famílias. [...].CAMARANO *apud* GOLDANI, 2004, P. 242)

Como a mulher idosa está apresentando melhores condições de vida, há evidências de um aumento no fluxo de transferência intergeracionais, ou seja, cada vez mais os idosos provêm recursos para seus filhos adultos e netos. (GOLDANI, 2004). A situação está sendo invertida, anteriormente, eram os pais que precisavam da ajuda dos filhos.

Também os homens idosos aposentados deste estudo continuam a ser o chefe da casa, sendo provedores de suas famílias, assumindo todas as despesas, mesmo tendo filhos adultos coabitando com eles. Estes estão desempregados e, em alguns casos, esses filhos têm formação superior, mas mesmo assim, ainda não foram absorvidos pelo mercado de trabalho, acontecendo da mesma forma com aqueles que não possuem uma qualificação.

A falta de educação de nosso povo está fazendo com que as pessoas fiquem desempregadas e aquela que tem emprego, saindo ou estando no emprego voltam à informalidade, sei que aqui (na FAAPA) eu tenho colegas aposentados e pensionistas que muitos deles, mais de 50%, sustentam seus familiares, [...] eu tenho 2 filhas adultas formadas que moram comigo que também eu mantenho, inclusive eu tenho a guarda de um neto, por quê? Justamente por causa do desemprego, então eu assumi o meu neto, tenho a autorização do juizado, já tem 14 anos e tá comigo desde que nasceu, inclusive porque os pais tiveram dificuldades de conseguir emprego e como eu, com muitos outros colegas está acontecendo isso (Idoso nº 3).

No comentário de Camarano (2004) sobre este assunto, ela afirma que a conseqüência da crise econômica - instabilidade do mercado de trabalho, a concentração de renda, a expansão da pobreza, fragilidade nas relações afetivas, desemprego, dentre outros - tem contribuído em quase todo mundo, especialmente no Brasil, para a dependência econômica e afetiva de um número crescente de filhos adultos de seus pais idosos.

Assim, essa coabitação de pais e filhos emerge como uma estratégia familiar utilizada para beneficiar tanto as gerações mais novas como as mais velhas. O idoso nº 6 expressa “continuo mantendo a minha família, o mesmo quando eu estava na ativa e hoje, quanto mais eu coopero, melhor, aqui em casa está parecendo uma república, formam dois e vem dois, mantenho o mesmo sistema e não mudará nunca. Aqui em casa tenho quatro que moram comigo”. Além de ajudar os filhos e netos residentes, ele ajuda também os temporários, ou seja, aqueles que vêm

morar na sua casa para estudar, “a casa parece com uma república”, e sempre vai ser dessa forma porque ele se sente bem em cooperar.

[...] vivendo apenas da aposentadoria, como vivo até hoje, agora eu tenho uma senhora, minha esposa que tem uma lavagem de roupa, e procura sempre me ajudar na medida do possível, quando o meu orçamento tá pra acabar, ela vai e faz uma compra de carne, peixe enfim..., mas a responsabilidade maior é minha. Tenho duas filhas e um filho, e cinco netos, uma neta o pai faleceu e nós a adotamos, somos responsáveis por ela, a casa é própria, é humilde, mas é minha (Idoso nº 10).

Peixoto (2004) ressalta que a coabitação é um elemento que muito contribui para a solidariedade familiar, tanto nos períodos difíceis da vida dos filhos quanto na viuvez dos pais. E acrescentaríamos não só dos pais e filhos, mas também de outros parentes, como identificamos na manifestação do idoso nº 11. “Recebo um salário, ajudo minha sobrinha com os filhos e na casa dela mora cinco pessoas, e há essa troca, ela me dá um canto e eu ajudo nas despesas”.

Camarano (2004) nos seus estudos ressalta que em geral o idoso está em melhores condições de vida do que a população mais jovem - demonstra um rendimento maior, a maioria tem casa própria e a aposentadoria ou pensão, e mesmo seu rendimento de trabalho, estão contribuindo significativamente na renda da família, transformando-se em importante suporte familiar, e isso tem um resultado na revalorização do idoso dentro da família. Nas famílias onde os idosos são chefes, há filhos e netos morando juntos. Em função das transformações por que passa a economia brasileira, os jovens estão experimentando grandes dificuldades em relação à sua participação no mercado de trabalho, o que tem repercutido em altas taxas de desemprego, violência de várias ordens, criminalidade etc. Tais informações são corroboradas através da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD/ 2003) que aponta que de cada 10 idosos, três praticamente sustentam a família no país, 30% dos idosos, ou seja, 5,1 milhões são considerados

os provedores da família, responsáveis por pelo menos 90% da renda familiar. (JORNAL “O LIBERAL” 05/06/05).

Observamos que os idosos aposentados e pensionistas deste estudo são menos dependentes dos filhos, são pessoas autônomas, que têm suas singularidades, exigem respeito e que estão cobrindo uma lacuna deixada pelo Estado quando este não promove políticas sociais adequadas para a população excluída do mercado de trabalho.

Neste estudo, a aposentadoria constitui um elemento importante para que os idosos que tinham a imagem de dependentes passem a se considerar provedores, assegurando seu status no âmbito familiar e social.

4.1.3 TEMPO DE NOVOS CONHECIMENTOS.

As Universidades têm papel fundamental na sociedade mediante a produção e transmissão de conhecimentos, implementação de pesquisas científicas para a construção de conhecimentos, contribuem com a formação e a constituição de cidadãos. Oportunizam ao idoso aposentado atualização nas questões relativas deste segmento, como também proporcionam conhecimento sobre o processo do envelhecimento.

A aposentadoria também é representada como um tempo de construção de novos investimentos, de novas descobertas, de novos conhecimentos, de novos caminhos para a realização de sonhos que antes não puderam ser realizados em função dos compromissos assumidos, de cuidado com a criação e formação dos filhos e da dedicação ao trabalho.

O advento da aposentadoria está associado à desobrigação dessas responsabilidades, de cumprimento de horários, de prazos, de um tempo para dar satisfações e assim, ter maior disponibilidade para se engajar nos movimentos sociais que lutam em defesa dos direitos dos

idosos aposentados e pensionistas, como associações, sindicatos, federações e em programas de atualização cultural como as Universidades da Terceira Idade, (UNITERCI). Neste estudo eles se reportam ao Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão UNITERCI da Universidade Federal do Pará, desenvolvido pelo Curso de Serviço Social do Centro Sócio Econômico e à própria Federação de Associações de Aposentados e Pensionistas e Idosos do Estado do Pará (FAAPA). Assim comenta a idosa nº 5 “Eu me aposentei e fui logo pra UNITERCI, terminei, vim para a federação onde sou do conselho fiscal e secretária, então eu nunca parei, todo dia eu tenho pra onde sair, faço parte lá da ASUS”.

A Universidade da Terceira Idade constitui-se em uma das propostas sócio-cultural-educativa mais recente no trato da velhice e envelhecimento. A primeira iniciativa na criação da Universidade da Terceira Idade ocorreu na França no final da década de 60, onde as instituições de ensino superior criaram um espaço para atividades culturais e de sociabilidade, tendo como objetivo ocupar o tempo livre dos aposentados e favorecer as relações sociais entre eles. Não havia uma preocupação com programas dirigidos à educação permanente, seu objetivo era promover atividades ocupacionais e lúdicas. Essas instituições eram chamadas de Universidades do Tempo Livre.

Para Palma (2000), ainda que chamadas de universidades, tais instituições caracterizam-se, administrativamente, como cursos ou atividades de extensão e aperfeiçoamento, e algumas ainda perduram. Comenta, ainda, que ao retornar aos bancos escolares, os idosos, possivelmente, encontram alternativas dinâmicas de autodesenvolvimento e atualização.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), mediante a Universidade da Terceira Idade (UNITERCI) vem implementando uma modalidade de trabalho voltada para o ser humano com mais de 60 anos, visando desenvolver um processo de educação permanente que possibilite a esse

segmento a aquisição e ampliação de novos conhecimentos, de forma que possa contribuir para uma compreensão acerca do processo do envelhecimento, desenvolvendo habilidades para o enfrentamento da exclusão e preconceitos a que são submetidos no meio familiar e sócio-cultural, e situar o (a) cidadão (ã) velha no contexto histórico contemporâneo como protagonista da história.

Neri (2004), aborda a relação entre velhice bem-sucedida e educação, afirma que as novas aprendizagens promovidas pela educação formal e informal são um importante recurso para manter a funcionalidade, a flexibilidade, a possibilidade de adaptação dos idosos, a participação ativa na sociedade e o idoso contribui com seus conhecimentos acumulados ao longo da vida, condições estas associadas ao conceito de velhice bem-sucedida.

A única coisa que eu faço desde que me aposentei, foi me engajar nessa luta pelo idoso, no trabalho do idoso. Foi quando eu li no jornal sobre a UNITERCI, aí eu disse, poxa vou fazer esse curso, pois foi um motivo pra mim não ficar em casa, e fazer um trabalho por alguém, em benefício de alguém, por mim mesmo, um trabalho também em meu benefício e agora tá surgindo resultados (Idoso nº 1).

Assim, as oportunidades educacionais são apontadas como importantes antecedentes de ganhos evolutivos, porque se acredita que elas intensificam os contatos sociais, proporcionando novas vivências, troca de conhecimento e aperfeiçoamento pessoal, participação em atividades sociais. Dessa forma, o homem é um ser ontocriativo (KOSIK 1976), e traz em si a capacidade de se transformar e de produzir resistências na busca de alternativas de se superar, de expressar sua

humanidade e de resistir à dominação. Moragas (2004) sugere que é necessário superar certas concepções mentais economicistas que consideram os aposentados como passivos que retiram bens e serviços da economia, sem dar nenhum retorno.

No entendimento de Mercadante (2003, p. 70), “ser um produtor não somente econômico, mas principalmente social, é uma das idéias que fundamentam essa nova etapa da vida em que a aposentadoria amplia o arco de possibilidades para se viver à vida”.

Velhice produtiva é ressaltada por Néri (2004) como uma expressão utilizada com muita frequência na literatura gerontológica no que concerne à possibilidade de envelhecer bem, envolvendo significados associados a várias áreas da atividade humana. Ultrapassa as fronteiras da atividade economicamente produtiva e do trabalho. Abrange as várias possibilidades de papéis e funções pelo idoso numa época em que mais e mais pessoas em todo mundo podem envelhecer bem, excedendo a concepção tradicional de doenças e afastamento social associada à velhice. Reconhece-se, então a manifestação de produtividade na velhice.

Percebemos que as representações sobre a aposentadoria significam, para os idosos deste estudo, a passagem a uma nova etapa de vida, pois estão com vitalidades e ainda têm muito por fazer na vida social.

Olha, depois que eu me aposentei eu só fiz aumentar o meu conhecimento, minha bagagem de conhecimento aumentou, e justamente com o relacionamento com as pessoas idosas, com os jovens, o intercâmbio, a gente aprende com a criança, com os jovens, com os adultos, [...], que eu adquirir durante minha existência, esse relacionamento que eu tenho com as associações, as viagens que eu tenho feito representando as pessoas idosas, aposentados e pensionistas. A aposentadoria pra mim ela veio como uma forma de fazer com que eu olhasse o mundo de uma outra maneira, olhasse o mundo pra outras pessoas e não só pra mim mesma (Idoso nº 3).

Teixeira (2003) comenta que, para Moscovici e Farr (1984), uma representação social de um objeto existe somente se esse objeto apresenta para os grupos um significado social no âmbito das conversações cotidianas. Ou seja, esse objeto somente será representado dentro das intercomunicações diárias, tendo esse objeto uma valorização social para o grupo.

Alencar e Barros (2004) enfatizam em seu trabalho que diante dessa movimentação a representação social da velhice vem sofrendo alterações, vem passando progressivamente por transformações, os idosos aposentados são atores sociais que estão engajando-se nos movimentos sociais, inserindo-se nos debates públicos, dando visibilidade a sua existência, buscando estabelecer novas relações sociais, desenvolvendo novos papéis sociais, buscando garantir seus direitos como cidadãos, ampliando sua participação na sociedade contemporânea.

4.2 VELHICE

4.2.1 RETORNO A CASA E LIBERDADE

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como marco inicial da velhice a idade de 60 anos para pessoas dos países em desenvolvimento e 65 anos para aquelas dos países desenvolvidos. Tal limite proposto induz à associação corrente entre velhice e aposentadoria. Enquanto associadas, remetem a uma representação em que o velho em face de suas “limitações” é percebido como não mais produtor de bens e serviços e, portanto, marginalizado nos contextos sociais pautados pelo valor produtivo.

A sociedade moderna valoriza a força, a beleza e a vitalidade e, por conseguinte, a velhice é vista com certo descaso, pois ela seria a negação de uma ideologia dominante. Dessa maneira, falar sobre velhice em uma sociedade que privilegia a beleza, a juventude e por ser ainda uma nação jovem não é algo fácil. O que se pode dizer é que este assunto foi durante algum tempo quase um “tabu”, na medida em que falar de velhice e/ou corpos envelhecidos incomodava imensamente a uma sociedade que tem como base a produção e que tem pautado suas ações durante os últimos séculos em dicotomias do tipo: novo x velho; feio x bonito; branco x negro, entre outros. (Debert, 1999).

Os idosos se referem à aposentadoria como um período de férias, não só no sentido de lazer, recreação, mas também pela ausência de horário ou de rotina, pelo retorno a casa – o recolhimento aos aposentos – preenchendo o tempo livre, o dia-a-dia com atividades não exercidas anteriormente, como levar e buscar os netos na escola, resolver problemas de e para a família, como expressa o idoso nº 6.

Depois que me aposentei fiquei mais em casa, como férias, agora eu sou assim, guia de neto, levo e busco na escola, [...] quando eu trabalhava não podia ficar, era só trabalho, agora tenho tempo pra ficar com minha família, levá-los todo final de semana à praia, coisa que eu não podia fazer, levo para lugares que bem desejam, essa é a minha vida que eu passo aqui, tenho uma bola, um dominó, um baralho e o resto tudo é piscina, praia, passeio, a gente vai levando. [...] Quando eu estava na ativa eu não podia sair, agora eu saio qualquer hora, esse é o meu cotidiano de todos os dias (Idoso nº 6).

A ausência de obrigações possibilita um período onde o sujeito procura fazer coisas que antes não podia fazer, aproveitando seu tempo da melhor maneira possível e se inserindo no convívio familiar, como uma forma de compensar o período ausente à época do trabalho. As falas revelam a necessidade de novas práticas, substituindo as atividades anteriores. “[...] então eu tô

sempre em atividade, muitas colegas minha já morreram de depressão, se aposentaram, ficaram em casa e acabaram se entregando, né?” (Idosa n ° 5).

Nos relatos deste grupo de entrevistados não há manifestação do período da aposentadoria como um “tempo de nostalgia”, de “enfado”, que, no entendimento de Rodrigues (2000), é uma das características contraditórias da aposentadoria. Observamos no momento das entrevistas, no contato face a face com os idosos, nos seus gestos e nas suas expressões, que este grupo está vivenciando esse momento de uma forma prazerosa, mesmo com o baixo valor do benefício, pois eles têm muito mais disponibilidade para participar em outras atividades as quais contribuem com o seu desenvolvimento sócio-político.

É importante mencionar que o Estado do Pará, nas décadas de 80 e 90, foi um dos primeiros Estados da região norte a iniciar e fomentar discussões relativas ao atendimento das necessidades do idoso, à organização e implantação de fóruns de discussões, inclusive sendo palco de muitos encontros, congressos e seminários regionais para debater e levantar proposta na perspectiva da elaboração de uma política de proteção e promoção social, que viesse atender as demandas desse segmento. Essas discussões foram estimuladas pela extinta F.L.B.A, em conjunto com o governo estadual, municipal, universidade e as organizações não-governamentais que desenvolviam atividades voltadas para essa população. Portanto, esse debate no Estado não é recente, mas foi e continua sendo um trabalho difícil talvez pela própria cultura que foi construída em relação ao idoso. A mídia resistia em apoiar a divulgação do trabalho educativo e político das ONGs, eram poucos os comprometidos com a causa, como também poucos eram os que queriam desenvolver ações para e com idosos, os representantes do povo não se preocupavam com a discussão, mas gradativamente esse cenário está se modificando, “já tem até

político falando do idoso. (ganhar voto) Idoso n° 1. O depoimento do idoso revela essa passagem, a sua participação política.

[...] Eu sei que tem sido uma luta muito grande, entrava nos ônibus, conversava com os motoristas, todo mundo que se engajou naquela luta sobre o direito do idoso, agora tá um filé pra trabalhar com idoso. [...] as emissoras de rádio e a televisão não queriam aceitar a gente pra falar sobre o idoso, as vezes a gente até pedia pra assessoria de imprensa pra gente fazer contato na rádio, na televisão... tudo isso, eu acho que havia uma certa resistência pra garantir os direitos dos idosos, mas também havia outras associações, mas lutavam, lutavam, mas logo paravam de fazer esses trabalhos. [...] A gente participa das reuniões da FAAPA, do Fórum do idoso, tudo pra ter nossos direitos garantidos, só não participo quando estou viajando, é que às vezes pra onde eu vou não tem esses detalhes (reuniões, movimento) [...] eu acho que aqui no Pará, principalmente na capital, foca muito sobre o idoso (Idosa n° 1).

Nos estudos realizados por Guedes (1997), os idosos aposentados expressam esse período como sendo um período de sua liberdade, aposentar-se significa pra eles, desvincular-se do mundo do trabalho, das obrigações, inaugurando um novo tempo, já que não têm mais o compromisso com o patrão, o compromisso de acordar cedo, assim a aposentadoria é descrito a como o próprio desligamento do mundo.

A grande maioria continua respeitando os mesmos horários de sono e vigília que tinham quando trabalhavam, mesmo *se não fazem nada, o não fazer nada* implica numa disponibilidade de tempo desconhecida, levam longo tempo na rua, conversando, comentando ocorrências locais [...] (GUEDES, 1997, p. 276).

Também Hadad (1986, p. 30) comenta que para o geriatra Ralph Berg (1979) a capacidade intelectual é mais aguda e seletiva na velhice, para aqueles que se destacam nas suas atividades intelectuais e que ao longo de suas vidas sempre tiveram uma extensa produção

intelectual. “Ao contrário ocorre com os que se aposentam, isto é, os que ficam inativos. Estes, praticamente tornam-se uns mortos-vivos, ficam por aí pelas praças e outros lugares”. Nesse comentário de Hadad (1986), demonstra que é emblemático o preconceito e discriminação aos aposentados, desvalorizando a produção social da velhice.

Na obra clássica “A velhice”, Beauvoir enfatiza que:

Mesmo quando se conserva saudável e lúcido, o aposentado não está livre de um terrível flagelo: o tédio.[...] Ao aposentado, causa desespero e falta de sentido de sua vida, mas isto se explica pelo fato de ter sido sempre roubado o sentido de sua existência. [...] Ao livrar-se dos constrangimentos de sua profissão, só se vê um deserto ao redor; não lhe foi concedida a oportunidade de se empenhar em projetos que lhe trariam povoado o universo de objetivos e razões de ser (BEAUVOIR 1990, p. 301).

Para Néri (2004), a aposentadoria é vista como um evento de transição no curso da vida e, como tal, provoca modificações não só nos papéis e no status social, mas também no conceito que o indivíduo tem de si mesmo e do mundo. Viver a aposentadoria requer um elevado “investimento emocional”, pois as pessoas tendem a dar importância aos efeitos, negativos ou positivos, da aposentadoria, assim, a ausência de uma visão adequada da aposentadoria leva as pessoas a verem essa fase apenas em termos de tempo livre, sem perceber que esse tempo livre pode significar também tédio e falta de motivação. A aposentadoria, como um evento de transição, representa um período em que as escolhas e experiências vividas podem trazer impactos significativos à trajetória de vida nos aspectos social, psicológico e biológico.

Observamos que o significado da aposentadoria para este grupo de idosos desse estudo é totalmente contrário aos comentários dos autores citados como: Guedes (1997), Beauvoir (1990) e

também Hadad (1986), visto que os idosos entrevistados participam de diversos grupos de convivência e estão engajados em várias atividades, não expressando essa nova etapa como tediosa, também não se julgam *mortos-vivos* e tampouco *não fazem nada*, pois estes idosos aposentados têm liberdade e estão participando em diversos trabalhos de cunho social, político, educativo e de atividades domésticas, conforme relato do idoso nº 10. “Eu pertenço a outro grupo, sou ativo, dentro de casa eu não fico acomodado, sempre eu estou fazendo alguma coisa, diz o pessoal que eu sou líder, mas eu não quero ser líder de nada”.

Essa nova etapa sugere uma reorganização da vida familiar, novas relações afetivas, novos espaços de convívio e de relacionamento fora do mundo do trabalho remunerado, novas rotinas e até surgem os trabalhos alternativos, as experiências intergeracionais, “um outro dia fui participar de uma oficina de serigrafia na escola NPI, olha, minha filha, era só eu de idosa, o resto era criança e adolescente, eu cheguei, me trataram de igual pra igual [...], ei vó me ensina, e no final eu ganhei as telas, e eles correram, me abraçaram, ah, foi muito legal, foi uma experiência boa que eu tive, tá entendendo? Ficar no meio dos jovens e eles me aceitarem. Idosa nº 9”. As experiências em artes, em oficinas, eventos sócio-educativos implicam autonomia com relação à organização do trabalho. Também é importante o convívio do idoso com outras faixas etárias, para haver valorização, troca de experiência e sabedoria.

No comentário de Néri (2004), a aposentadoria para uma grande parte das pessoas funciona como um evento normativo ou esperado, típico da idade adulta, que é vivenciado sem implicações negativas e também sem maiores desafios emocionais, é um determinante da diferenciação dos papéis adotados na velhice. Ressalta que, atualmente, o ser humano tem possibilidade de viver aproximadamente um terço de sua vida na condição de aposentado, e isto se deve ao aumento da expectativa de vida. A perspectiva é que essas pessoas não façam dessa etapa da vida “uma espera da morte”, mas que a desenvolvam, implementem-na de uma variedade de

atividades e novos papéis. Nesse sentido, “diante da aposentadoria não há apenas a possibilidade de ajustamento ou adaptação a uma nova condição social, mas também a possibilidade de desenvolvimento em vários domínios” (NERI, 2004, p. 105). E é desta forma que a idosa nº 7 se manifesta sobre essa etapa da vida, com liberdade, autonomia e aprendizagem, não tendo dificuldade em se adaptar a essa nova condição.

Depois que ele (o esposo) faleceu a minha vida mudou, viajo com a minha filha, vou pra casa dela, e ela diz vou lhe levar pra senhora aprender o caminho e depois pra senhora viajar sozinha, faço o que eu quero. Ah mudou muito na minha vida, tenho liberdade, participo deste grupo que pra mim é tudo (Idosa nº 7).

Néri (2004) menciona que os autores Hornstein e Wapner (1985) realizaram estudos sobre a aposentadoria e pesquisaram 24 sujeitos um mês antes da aposentadoria e seis meses depois. Propuseram quatro estilos de adaptação a essa etapa da vida. O primeiro estilo, chamado de “transição para a velhice”, é aquele adotado por indivíduos que vêem a aposentadoria como marca de transição para a velhice, assim como outros ritos marcaram outros períodos do desenvolvimento. Um segundo estilo seria denominado de “novo começo”, neste os indivíduos experimentaríamos sentimentos de renovação, entusiasmo e vigor. A aposentadoria seria percebida por eles como uma oportunidade para ser vivenciada de acordo com as próprias necessidades e interesses, vislumbrariam novos projetos e traçariam metas, negando a vinculação entre a aposentadoria e a velhice. O outro estilo de adaptação é o de “continuação”, neste estilo os indivíduos percebem a aposentadoria sem maiores significados, pois a continuidade de atividades já desenvolvidas e mantidas na sua trajetória de vida ocorre de uma maneira mais pessoal, sem maiores inovações. O quarto estilo denominado de “ruptura imposta” ressaltaria que a

aposentadoria acarreta a perda do papel social. Neste estilo, os indivíduos se sentem prejudicados, pois poderiam ainda estar no mercado de trabalho, visto que se consideravam ainda capazes para continuar no trabalho. Para Néri (2004) esse estudo apresenta limitações, a amostra muito pequena e o período de acompanhamento por apenas seis meses, levanta dúvidas sobre a validade desses achados.

No entanto, conseguimos fazer conexão do segundo estilo de adaptação sugerido, pelos autores Hornstein e Wapner (1985) com esta pesquisa, pois os idosos entrevistados vivenciam essa etapa, conforme o relato da idosa nº 4 “[...] eu sou feliz, porque a aposentadoria pra mim significa tudo, depois que me aposentei, de 55 anos pra cá, eu viajo todo tempo, porque do meu dinheiro também eu tiro pra isso”. Essa concepção positiva de vivenciar a aposentadoria também se constitui mediante possibilidades de desempenhar novos papéis e dedicar-se às tarefas para as quais não se tinha tempo, buscando na aposentadoria a satisfação pessoal muitas vezes negada pela vida de trabalho.

Os sujeitos entrevistados tornaram familiar o não familiar e perceptível o imperceptível, pois as representações sociais têm origem no cotidiano, nas conversas do dia-a-dia na interação dos indivíduos com a sociedade, promovendo transformação em ambas partes, Moscovici (1978). Essa forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, proporciona possibilidades de construção de uma realidade comum a um conjunto de pessoas.

A aposentadoria também é um evento heterogêneo, ocorrendo de forma diferente para os indivíduos, pois os contextos econômicos, culturais, políticos e sociais, nos quais está inserida influenciam a maneira como estes indivíduos percebem e vivem o evento da aposentadoria.

A representação social da velhice depende das experiências particulares e da história de vida de cada indivíduo diante dessa etapa da vida. Os depoimentos a seguir mostram a velhice associando-a a uma nova maneira de viver a velhice, a velhice moderna, contemporânea onde os idosos têm liberdade.

Não sou pessoa doentia, [...] porque eu não posso voltar atrás pra minha juventude, eu entendo muito bem, porque quanto mais se vive mais idoso a gente fica, e sendo sadia que é muito bom, eu me julgo bem sadia difícil adoecer. [...] Eu acho que a velhice pra mim é a continuação do viver da gente, mas a gente não pode... pra quem não morre cedo tem que ser velho, [...] (risos), pra quem souber ou sabe aproveitar a vida, a vida idosa é como eu que me sacudo pro lado, pra outro (Idosa nº 2)

Essa etapa da vida vivenciada por esse grupo de mulheres desta pesquisa é bastante diferente da velhice de antigamente. Velhice para elas significa ter liberdade, ter autonomia, ter direitos, ser independente, ser saudável. Esse “antigamente” está relacionado à época em que as mulheres não tinham liberdade, eram submissas e obedientes aos pais e aos maridos, suas vidas eram restritas ao ambiente doméstico, não participavam da vida pública não tinham vez, também não tinham voz, não tinham direitos, nem cidadania. Essa cultura ao longo da história foi sendo reproduzida e institucionalizada. Conforme relato da idosa nº 2, “Antes de ficar viúva, pensionista, eu não tinha essa liberdade, passei a ter liberdade um pouco depois dos meus filhos criados, casados se juntando, nunca desrespeitei ele (o marido), sempre fui obediente, conhecedora dos meus direitos, da minha obrigação, de senhora e dona de casa, nunca abusei dele, agora... depois que fiquei viúva, gosto de dançar. [...] agora só quero liberdade (risos), [...] né?”.

Durante muito tempo, as diferenças biológicas foram utilizadas para inferiorizar e tornar dependentes as mulheres, e este segmento da população foi considerado incapaz de cuidar de seu próprio corpo, de seus desejos, de seus negócios, ou seja, de sua vida.

Eluf (2000) menciona que as mulheres foram bastante injustiçadas e tiveram várias proibições, não podendo sair de casa sozinhas, casavam com quem não queriam, vestiam-se de acordo com as ordens do marido ou do pai, quase não freqüentavam a escola, seus bens eram administrados pelo homem, e não tinham o direito de ter uma profissão fora do ambiente doméstico. Somente em 1934, em que o direito ao voto foi instituído, com muita luta das mulheres que, aos poucos, essa cultura foi e ainda está sendo modificada. Por isso que a idosa nº 5 relata, “a velhice eu acho uma boa, então eu me sinto bem, é como eu digo, fiquei livre, vou pra onde eu quero, chego a hora que quero, não tenho que dar satisfação pra ninguém, diferente de antigamente em que a gente não tinha essa liberdade, era mais presa, antigamente as pessoas idosas não podiam fazer o que fazem agora, velha tinha que ficar dentro de casa, não tinha direitos,”.

Esse grupo de mulheres idosas deste estudo, a maioria são viúvas, com idades cronológicas variando entre 66 e 83 anos, vive suas velhices com liberdade, liberdade esta entrelaçada com experiência, autonomia e ao mesmo tempo com medo da inutilidade, da incapacidade funcional.

O envelhecimento é também uma questão de gênero. Da população idosa como um todo, Camarano (2004) observa que 55% dela é formado por mulheres. A proporção do contingente feminino é mais representativa quanto mais idoso for o segmento. Este fato é

justificado pela mortalidade diferencial por sexo, ou seja, mulheres idosas experimentam uma probabilidade maior de ficarem viúvas e em desvantagem em relação situação socioeconômica.

A minha experiência é que depois que meu marido morreu só eu administro o dinheiro, [...] então eu digo se eu tivesse a experiência que eu tenho agora talvez eu tivesse aproveitado, eu não aproveitei, mas tudo bem, tenho 70 anos, a velhice é uma experiência pra mim muito boa, agora eu me sinto com se fosse uma pessoa nova, eu não me sinto assim acabada, [...] apesar de eu ser diabética, mas isso eu não considero uma doença, aprendi a conviver com ela, [...] a velhice pra mim, deixa eu te dizer, representa uma experiência, é a gente saber viver com amor e em paz consigo mesmo, com os amigos, fazer amigos estar no meio da nossa família, passo a minha experiência pra minhas filhas. Ah ..mudou muito na minha vida, tenho liberdade, participo deste grupo que pra mim é tudo (Idosa nº 7).

A experiência de viver a velhice representa ser autônoma, saber administrar o dinheiro que antes era “papel” do marido, também significa saber viver com amor a si mesma, aos amigos e com a família, esta experiência procura passar para as filhas. A idosa percebe que não aproveitou, nunca teve tempo para si mesma, quem sabe em função de sua “obrigação” de mulher, ou seja, de ser a reprodutora e a cuidadora do marido, dos filhos e dos afazeres domésticos. Então, com a velhice, essas mulheres procuram resgatar ou reconquistar um novo tempo de viver, viver o seu tempo, porque “a velhice é a continuação da vida”.(Idosa nº 4). Diversas coisas boas podem ser feitas nessa etapa da vida, que quando mais jovem não conseguiam, faltava-lhes disponibilidade, experiência e liberdade, viviam sobrecarregadas, com muitas tarefas para executar e divididas demais.

Também com a velhice vem a preocupação de viver essa etapa da vida com a doença, com a dependência funcional, pois perder a autonomia, perder a independência, dar trabalho aos

outros é muito triste. “[...] é porque a gente vive muito, a gente já não vai prestando mesmo, tem o período da vida das pessoas, que seja útil, porque inútil é muito triste, tenho visto pessoas que não servem pra nada na vida, pra trabalhar, só servem pra dá trabalho pros parentes.” (Idosa nº 2).

Barros em seus estudos antropológicos afirma que, “A velhice de que as mulheres tem receio é a velhice da perda da consciência de si mesma como ser pensante e independente e como pessoa capaz de deliberações e responsabilidade pelas atitudes tomadas” (BARROS, 1998, p. 165).

Beauvoir (1990), em sua obra “A velhice”, afirma que é a sociedade que impõe ao homem o *status* da velhice. A sociedade lhe destina um lugar e um papel, e o indivíduo que envelhece é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. A autora menciona que a velhice se diferencia de acordo com o contexto social em que viveu e vive o indivíduo.

A velhice não me trouxe perdas, ao contrário, ganhos, tem me trazido uma forma de viver completamente diferente daquela outra que eu tinha até mesmo quando eu trabalhava, hoje eu comando a minha casa, naturalmente vivo com todo respeito com minhas filhas, com minha mulher, com as pessoas que me rodeiam, com a minha família toda tenho um relacionamento muito legal, então tenho muito mais oportunidade de esclarecer aquilo que eu não tinha esclarecido (Idoso nº 3).

A velhice para o idoso nº 3 representa uma nova forma de viver, diferentemente de quando trabalhava, significa ganhos e não perdas, comanda sua casa, tem autoridade e respeito com sua família e com os outros, o retorno a casa possibilitou ter mais oportunidade de esclarecer e de dialogar com a família.

Perceber-se como alguém que está envelhecendo e vivendo a velhice é influenciado por como a sociedade vê a velhice. Ao longo da história foram instituídas regras sociais que condicionaram o indivíduo a ter comportamentos apropriados pra cada faixa etária, e essas regras de conduta afetam as pessoas que estão envelhecendo, uma vez que essas regras não são atualizadas ou satisfatórias, e, conseqüentemente, os idosos que têm atitudes diferentes das estabelecidas não são vistos com bons olhos pela sociedade de consumo, a qual faz apologia à juventude reforçando a visão negativa da velhice e esse sentimento está revelado na expressão deste idoso “[...] A velhice é o desdenho das pessoas mais jovens com os mais idosos. É aquela história porque o senhor já está velho, o senhor não é pra isso, é o desdenho que a pessoa tem contra o velho. Eu não tenho vergonha de ser velho, aliás, eu tenho até orgulho de ser velho. (Idoso n ° 1)”. A visão negativa da velhice deve-se em parte à associação entre envelhecimento e perdas, mas é necessário e importante ressaltar que convivemos com uma realidade multifacetada e a visão negativa do idoso vem dando lugar a uma imagem positiva veiculada na mídia (DEBERT, 1997).

[...] A velhice...é velho é aquele que já não dá mais nada, nada mesmo, aquele que não tem mais força de andar, mas eu... pra mim...eu não me considero assim... um velho acabado, eu não, eu subo num andaime, chego numa altura daquela, (muito alto) desço e tal faço isso, faço aquilo, trabalho, sou velho mas não um velho acabado que não tem mais sustância.[...] significa como eu tô dizendo a pessoa já não faz muita coisa (força física) tem cara novo que não faz o que eu faço. (Idoso n ° 11).

O relato do idoso n° 11 mostra a negação da velhice dissociada da idade cronológica e biológica, percebe-se como velho, mas “não velho acabado” pois ainda tem “sustância”, isto é, força física e vitalidade, para desenvolver atividade braçal que muitos jovens com toda sua força física não fazem.

A velhice também aparece associada à perda da juventude, como podemos observar na fala do idoso nº 1, quando se refere às limitações físicas decorrentes do processo e com perdas da agilidade, do vigor e da beleza da juventude, “Agora é claro que eu não vou correr como um de 18, como eu corria, como eu nadava, como eu jogava futebol, eu não vou, eu não vou fazer isso”.

Motta (1998) corrobora com este pensamento e enfatiza que as sociedades em diferentes contextos históricos atribuem funções, papéis e significados específicos às etapas do curso de vida dos indivíduos. Desse modo, o indivíduo pode ser considerado socialmente velho e não corresponder biologicamente, também se aplica ao contrário. Para Debert (1988) no aspecto dos sentimentos e das representações “a velhice nunca é um fato total”. “Ninguém se sente velho em todas as situações”. Motta (1998, p. 228).

Assim, a velhice significa para esses idosos uma continuidade do tempo, da vivência e de novas experiências da vida, das alterações no corpo, do enfrentamento da discriminação. Mostram que têm consciência dessa etapa da vida e desejam ter uma velhice digna, com saúde, independência, e estão buscando alternativas de inserção social tentando romper com os papéis impostos pela sociedade, mostrando ser possível à velhice outros comportamentos, atitudes, e iniciativas transformadoras. A velhice não é homogênea, difere de indivíduo para indivíduo, portanto, não existe uma velhice, mas diversas velhices, a do homem e da mulher; do trabalhador braçal e do intelectual, a velhice urbana e a velhice rural, a velhice do rico e a do pobre.

4.2.2 VELHICE, IDOSO E TERCEIRA IDADE

Para este grupo de idosos emergiu a velhice relacionada com a concepção de Terceira Idade. “[...] viajo, passeio, danço porque eu gosto de dançar, sou de grupo de terceira idade, debutei pela ASSUNTI, o prazer foi todo meu, gastei dinheiro pra fazer vestido, já me gozei de prazeres que eu nunca fiz na minha vida” (Idosa nº 2).

“Essa fase da velhice, eu acho que tô honestamente falando... eu não me considero velho, Idoso nº 1”. As falas dos idosos mostram grandes dificuldades que sentem para se incluírem no segmento o qual pertencem, por não se perceberem ou não concordarem com as características negativas que são atribuídas pela sociedade à velhice. “A velhice pra mim... eu sou feliz, porque pra mim significa tudo, depois que me aposentei, eu viajo, sou da terceira idade. [...] Não dependo de ninguém para fazer as minhas coisas, sou autônoma”. (Idosa nº 5)

Daí a construção da representação da terceira idade, a velhice para esses idosos e idosas é estar na Terceira Idade e ser a Terceira Idade, ou seja, vincula-se a uma nova perspectiva de viver e pensar as mudanças ocorridas em face do envelhecimento, associa-se à velhice contemporânea, é estar conectada com a tecnologia, sempre buscando modernizar-se para não “ficar por fora” para acompanhar as mudanças sociais. “[...] tenho meu telefone celular, levo, ganhei de presente de uma filha, tenho os números dos telefones, eu sei tudo de cabeça, [...] já debutei duas vezes, depois de velha (risos), depois de idosa” (Idosa nº 2).

Eu estou bem, bem de espírito, tô sempre alegre, sorridente, às vezes quando dá pra namorar, eu namoro. Ai eu digo eu sou, porque também eu sou da [...] né, melhor idade é, terceira idade e...a PARATUR colabora assim com pessoal da melhor idade com apoio físico, orienta pra congressos, viagens de turismo, lá só é o lazer (Idoso nº1)

Conforme o idoso nº 1, a Terceira Idade não está associada à idade, mas relacionada às condições que têm para manter-se capaz, manter-se ativo, ou seja, está vinculada as ações consideradas como positivas em nossa sociedade, identifica-se com valores presentes na contemporaneidade.

O idoso já não se percebe como velho, “[...] Eu digo eu me considero novo porque a velhice existe para as pessoas que se entregam, tá certo pode haver a velhice na idade, mas na minha cabeça tudo é novo, eu tenho idéias novas, pensamento novo, a pessoa que não se entrega pra velhice a pessoa continua como novo [...]” (Idoso nº 1). A velhice é negada pelo idoso, pois esta remete à representação negativa, como incapacidade, isolamento, ultrapassado, mau humor, não poder cuidar-se. Para Peixoto (1998), a noção de velho é relacionada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho, ser velho é pertencer à categorização dos indivíduos idosos e pobres. Nesse fragmento há uma ambivalência, uma vez que a velhice se apresenta no outro e não em si, confirma o que dizem os autores, onde a velhice é um choque que nos chega primeiro pelos olhos dos outros (MOTTA, 1998), ou o velho é sempre o outro (DEBERT, 1998). Percebe-se na fala uma não aceitação da velhice, quando coteja a sua idade com o tempo de existência do mundo.

De acordo com Peixoto (1998), foi na França do século XIX que a velhice passa a ser tratada no aspecto social, sobretudo para distinguir as pessoas pobres, o indivíduo despossuído, uma vez que aqueles indivíduos que usufruíam certa posição social desfrutavam de respeito. A velhice era relacionada às pessoas que não podiam assegurar seu futuro financeiramente, os velhos eram os indivíduos que não detinham prestígio social, enquanto os que possuíam status social eram chamados de idosos. Peixoto (1998) comenta, também, que no Brasil o sentido negativo da expressão “velho” não foi diferente do da França, embora seja mais recente, a partir

da década de 60, pois a velhice como questão social no cenário brasileiro também é recente, e o termo “velho” era o que geralmente se utilizava até esse período, para identificar uma pessoa envelhecida, e não caracterizava especificamente o sentido pejorativo, mas também, no sentido afetivo, como o tratamento dado ao idoso nº 1. “Os meus filhos só me chamam de velho. Como o senhor está velho?”.

Segundo essa autora, foi no final da década de 60 que certos documentos oficiais e a maioria das análises sobre a velhice retomam a noção de "idoso", marcando um tratamento mais respeitoso, enquanto “velho tem uma conotação negativa, ao designar, sobretudo, as pessoas de mais idade pertencentes às camadas populares que apresentam mais nitidamente os traços do envelhecimento e do declínio” (PEIXOTO, 1998, p. 78).

Dessa maneira, essa representação social foi ao longo da história sendo difundida e internalizada pela sociedade e até se conflitando entre a imagem construída socialmente sobre a velhice e a construção dessa nova representação “estar na terceira idade”. “Esse momento é descrito na interação com o outro, contrapõem-se diferentes representações de diferentes sujeitos, com suas vivências (subjetividades), formando uma rede de conflitos, ou seja, de diferenças que vão ser discutidas no coletivo, [...]” (NOGUEIRA *apud* DIAS, 1998, p. 63), como bem se expressa a idosa nº 2 e o idoso nº 6

“[...] mas, já não se usa a palavra velho, já está, como é que se diz, abolido, em desuso, nós somos idosos ou maior idade, terceira idade né? (risos)” (Idosa nº 2).

A velhice pra mim não trouxe perdas nem ganhos, continuo a mesma coisa, é como eu disse, tem o velho e tem o idoso, eu sou idoso, velhos são aqueles que ficam em casa, que não saem, então aposentadoria e velhice pra mim é ótimo, é 100%. (Idoso nº 6).

Quanto à noção Terceira Idade é uma construção das sociedades contemporâneas é utilizado porque “não denota” conotações depreciativas e, como destacou Debert (1999), para atender a interesses de um mercado de consumo emergente, na área do turismo, cosmético e nutrição, dentre outros. Diz respeito em geral, àqueles “jovens velhos” Peixoto (1998) que ainda não atingiram a velhice mais "avançada", que estão na faixa dos 55 aos 70 anos, principalmente, aqueles idosos aposentados saudáveis, com tempo livre para o lazer e para novas experiências. “A terceira idade passa assim a ser a expressão classificatória de uma categoria social bastante heterogênea. De fato, essa noção mascara uma realidade em que a heterogeneidade econômica e etária é muito grande” (PEIXOTO, 1998, p. 81), o que é compreendido e torna-se familiar para o idoso nº 1.

[...] eles têm uma mania de dizer que não são velhos, aí eu digo pra eles, não adianta vocês quererem melhor idade porque tudo é a mesma coisa, terceira idade... a diferença é que uns têm mais cacau (dinheiro) do que os outros, o resto tá tudo dentro da mesma faixa , tudo dentro do mesmo barco, (Idoso nº1).

Num processo dinâmico, as representações sobre o envelhecimento se alteram no tempo e modificam a realidade social, surgindo novas demandas sociais, quer seja pela exigência de políticas sociais para a velhice, quer seja pela reconstrução dos significados sobre a velhice para a sociedade (PEIXOTO, 1987).

Assim, a significação de estar na Terceira Idade para esses idosos é construída, sobretudo, pela não aceitação das atribuições ao “velho”, pois as experiências desses idosos se cruzam e se identificam com os valores que se configuram na modernidade, não apresentam sinais de senilidade e decrepitude e estão encontrando novas alternativas de tratar as mudanças decorrentes da idade, buscando sua integração social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Eloy Chaves marca, nos anos de 1923, a preocupação com a questão de uma política previdenciária para o trabalhador, o foco não era especificamente a velhice deste trabalhador, mas o aspecto dos direitos trabalhistas. Após suas aposentadorias, - saída do mundo produtivo- essas pessoas passaram a viver uma outra etapa da vida – a velhice, marcada por uma sociedade que valoriza o novo, a estética da juventude, a força física, a agilidade mental, o poder de consumo.

Os estudos sobre a questão social da velhice no cenário brasileiro é recente, tendo em vista que só a partir da segunda metade do século XX é que os dados demográficos sinalizaram o envelhecimento populacional. A longevidade humana, considerada como uma conquista da humanidade, vem se transformando numa grande preocupação para o governo brasileiro em face dos gastos excessivos com os “inativos” – “remuneração da inatividade” visto que em 2002, conforme informação de Goldani (2003) 73% do total das transferências de renda do governo federal foram gastos com aposentadorias e pensões.

O fenômeno do envelhecimento populacional nos países desenvolvidos aconteceu num contexto favorável, com políticas sociais e econômicas adequadas e eficientes para atender as demandas dessa população. Contrariamente, nos países em desenvolvimento, caso brasileiro, vem ocorrendo de maneira célere, com políticas públicas deficitárias para o público que está vivenciando a velhice e que também são aposentados e pensionistas.

A esperança de vida ao nascer tem crescido em quase todo o planeta, ultrapassando a maioria das projeções feitas sobre o seu crescimento, bem como está ocorrendo em quase todos os países do mundo, inclusive no Brasil, transformações profundas nas esferas econômica, educacional, política e social, nos sistemas de valores, de arranjos familiares, que afetam a vida da população. É neste contexto de turbulência, de mudanças de paradigmas e de indagações, principalmente, sobre a aposentadoria e, por conseguinte, sobre a velhice, que se propõe, que se busca compreender a luz das teorias das ciências sociais qual o significado da aposentadoria para o grupo de homens e mulheres idosos aposentados e pensionistas, como estão vivenciando essas etapas da vida na contemporaneidade, numa sociedade de consumo que privilegia o novo em detrimento do velho, que valoriza a juventude, o corpo, o homem produtivo economicamente.

Nas relações interpessoais cotidianas, observa-se uma série de interesses que demandam a compreensão da realidade. A partir de diferentes fontes os indivíduos constroem conceitos e julgamentos e explicações, que se constituem em verdadeiras teorias do senso-comum.

Guareschi (2002, p. 212), citando Moscovici (1984), ressalta que, ao analisar o processo formador das Representações Sociais, o móvel desencadeante desse processo, “o propósito de todas as representações, é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar”. Essa seria o motivo por que as pessoas formam e constroem as representações sociais.

Essas teorias circulam nos universos consensuais, são as práticas interativas do dia-a-dia que produzem as Representações Sociais, que são as teorias do senso comum, ou seja, são conhecimentos produzidos espontaneamente dentro de um grupo. E aqui neste estudo, este grupo é constituído por idosos de ambos os sexos, aposentados e pensionistas, que, considerando sua história de vida, seu cotidiano, a interação com seus parceiros, construíram as representações sociais sobre esse momento de sua vida: aposentadoria e velhice, tornando o não familiar em familiar, o imperceptível em perceptível.

Aposentadoria e velhice são sinônimos ? Ambas são etapas da vida desejadas e temidas, a velhice como fechamento de um ciclo de vida, não tinha sido pensada pelo mundo do trabalho, pelo Estado responsável pela seguridade social e demais políticas sociais.

Revelou-se nesse estudo que, para esse grupo de idosos aposentados, a aposentadoria é um evento heterogêneo, assim como a velhice, ocorrendo de forma diferente para esses idosos, pois os contextos econômicos, culturais, políticos e sociais, nos quais estão inseridos influenciam nessa heterogeneidade.

Do conteúdo de suas falas emergiram as palavras-chave: aposentadoria e velhice e destas as representações sociais relacionadas a seguir. Percebe-se que as concepções de velhice e

aposentadoria para este grupo de sujeitos estão entrelaçadas, confundem-se, mesclam-se, não desvinculam velhice de aposentadoria. Assim, as representações sociais são manifestadas no sentido de que a aposentadoria é um “prêmio e direito” pelos anos de dedicação ao trabalho em prol do desenvolvimento do país, bem como uma conquista da classe trabalhadora, não significa favor, concessão do governo, mas sim a devolução do que foi descontado de seus proventos e repassado aos cofres da Previdência Social, pois esta é uma poupança que será utilizada no momento da aposentadoria.

Representa, também, “Tempo de novos conhecimentos”, os idosos vão em busca de atualização de conhecimentos para “ficar por dentro” dos assuntos referente às questões que estão em foco, principalmente, de seus interesses, para melhorar sua atuação política na busca da garantia de seus direitos e de novos direitos, são multiplicadores nas suas bases, passam informações nas reuniões de que participam nas entidades, nos fóruns, nos conselhos, enfim. Os idosos que participam ativamente desse processo constroem outras formas de significados e compreensão de seus papéis, sociais, participação política e cidadania.

“Aposentado provedor”, com a aposentadoria há o sustento de seus familiares, dos “temporários”, dos filhos, que retornam à casa dos pais ou aqueles que ainda não saíram de casa por diversas razões, dentre essas, o desemprego, baixo salário, divórcio. Os pais idosos, “Aposentado provedor”, não só os provêm financeiramente, mas também emocionalmente. A aposentadoria é o recurso que têm para sua sobrevivência e de seus familiares, “é pouca, mas é certa”, “não dá prá nada e acaba dando”. Os homens continuam a exercer o papel de chefe de família, a mulher viúva ou separada também contribui exercendo este papel, haja vista o retorno dos filhos adultos com os filhos a casa. Dessa forma, está havendo o inverso na relação pais e filhos, visto que os idosos passam de dependentes a provedores.

Velhice, “O retorno a casa e liberdade”, as representações sociais construídas no cotidiano desses idosos em relação à velhice se configuram como o retorno a casa depois do longo afastamento exigido pelo mundo do trabalho. É tempo de liberdade, principalmente para as mulheres, liberdade “pra ficar saracutiando”, ou seja, passeando, dançando, trocando conversas com os amigos, coisas que não faziam em épocas passadas, tinham filhos para criar, marido e casa para cuidar, não tinham experiências. Os idosos participam de diversas atividades, estão mais dedicados à família.

“Velhice, idoso e Terceira Idade” representa que são idosos saudáveis, “não ficam em casa, não se entregam pra velhice” “ainda têm sustância” por isso não se consideram velhos, “a palavra velho tá abolida”, são idosos, estão na “terceira idade”. Não se percebem na ociosidade, ao contrário, desenvolvem muitas atividades que, anteriormente, quando estavam no mercado de trabalho, não tinham tempo para realizar, são “produtores sociais”.

Nessa perspectiva presencia-se, contemporaneamente, uma nova forma de vivenciar a velhice e a aposentadoria que ultrapassa as imagens preconceituosas que associavam a velhice e a aposentadoria a perdas, à inatividade, à morte social, ao isolamento.

Considera-se que este grupo vivencia esse período, ao mesmo tempo, suscitando sentimento de satisfação e positividade e manifestando descontentamento. Insatisfação com as regras impostas pelo sistema político, econômico e social vigente, que, cada vez mais, achata o valor da aposentadoria, não permitindo que esses idosos realizem planos que foram feitos para esse momento, pois, as políticas sociais que deveriam atender as demandas desses idosos são ineficientes e homogêneas, não respeitando as diferenças regionais e heterogeneidade dessa população. As políticas públicas devem atender às demandas dos indivíduos que buscam um envelhecimento saudável ativo, assim como, também, tentar responder às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidades trazida pela idade avançada.

Embora este estudo tenha permitido a desconstrução de conceitos e preconceitos sobre a velhice e aposentadoria, esse é um tema que ainda permite muitos desdobramentos principalmente sobre a questão do envelhecimento na região amazônica. Gênero, políticas públicas e institucionais, diferentes classes de trabalhadores são questões sociais ainda pouco exploradas, mas que, ao serem estudadas, podem ressignificar a velhice e a aposentadoria.

REFERÊNCIAS:

ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito **Revista Comum**, Rio de Janeiro, v.10, n 23, p. 122 a 138, julho/ dezembro, 2004.

ALENCAR, Maria Leonice; BARROS. Silvia; MOREIRA, Liziany. **As repercussões do Programa Universidade da Terceira Idade para uma qualidade de vida na velhice**. Monografia do Curso de Especialização Envelhecimento e Saúde do Idoso. UEPA: Belém, 2004. 9-67 p.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A 1978.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: edições 70, Ltda. 1977.

BARROS, Miryan. Moraes Lins de;. Envelhecimento, cultura e transformações sociais. In: Py. Ligia.et al.(Org.) **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. São Paulo: ed. Setembro, 2006.

_____ (Org.).**Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.**

BASSIT, Ana Zahira. O curso de vida como perspectiva de análise do envelhecimento na pós-modernidade. In: DEBERT, Guita Grin; GOLDSTEIN, Donna. **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Mandarin, 2000, p. 217-234.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. **Petrópolis: Vozes 2003.**

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. **Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.**

BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: Veras, Renato. **Terceira Idade – um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 29-48

BORGES, Maria C. Moura. O Idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil. In. SIMOSON. Olga. Rodrigues. et al (Org.) **As Múltiplas faces da velhice no Brasil**, São Paulo: Alínea, 2003. p. 79-104.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

BRASIL, **Política Nacional do Idoso**, Lei nº 8.842. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, 1998.

_____,LEI Nº 10.741 dispõe sobre o **Estatuto do Idoso**. Brasília. 2003.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Centro gráfico, 1988.

CAMARANO, Ana. **Amélia**. Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60? (org.), **Rio de Janeiro: IPEA. 2004.**

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: USP/FAPESP, 1999.

_____. As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. In: Seminário Internacional **“Envelhecimento Populacional: Uma agenda para o final do século”**. 1, Anais, Brasília. Ministério da Previdência e Assistência Social. 1996. p. 35-45.

_____. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, Guita Grin.(org) **Antropologia e Velhice**. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1998. p. 7-27

_____. **Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. In: **BARROS, Myriam. Moraes. Lins de (org)**. Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 49-67.

DIAS, Ana Cristina Garcia. Representações sobre velhice. In: **CASTRO. Odair Perugini de. (Org.)**. Velhice que idade é essa? Porto Alegre: Síntese, 1998.p.57 – 70.

ELUF, Luiza Nagib. Lugar de mulher é na cozinha. In: **PINSKY, Jaime. (Org.)**. 12 Faces do preconceito. São Paulo. Contexto, 2000.p. 13 -18.

FARR, Roberto M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: **GUARESCHI, Pedrinho.et al (Orgs.)** Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31 – 59.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política Social do Estado Capitalista. São Paulo: Cortez, 1982.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin.(org) **Antropologia e Velhice**. 2ª ed. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1998. p. 45-63.

GOLDMAN, Sara Nigri. Velhice e direitos sociais. In: **PAZ, Serafim Fortes. et al (org.)** Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?. Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/ Seção Rio de Janeiro, 2000.

GOLDANI, Ana Maria. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-estar. In: **CAMARANO, Ana Amélia. (org.)**. Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA. 2004. p. 211-250.

GUARESCHI, Pedrinho A. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre

os neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho. et al (Org.) Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 191-224.

GUEDES, Simoni Lahud. Jogo de Corpo:Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: EDUFF.1997.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. O direito à velhice: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A ideologia da velhice. **São Paulo: Cortez, 1986.**

HAYFLICK, Leonardo. Como e porque envelhecemos. trad. Ana Beatriz Rodrigues e Priscila Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população>

JODELET, Denise. La representación social fenômenos, concepto y teoria. In: MOSCOVICI, Serge. (org.) Psicologia Social II. Barcelona. Paidós. 1988, p.468 – 495.

_____.**Représentations Sociales: um domaine en expansion. In: JODELET, D (ed.). Les Représentations Sociales. Paris, Presses Universitaires de France, 1989.**

Jornal “ O Liberal” - 05/06/05.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMOS, Viviam C. Herrero. O valor da atividade não remunerada realizada por pessoa maiores de sessentas anos. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, Ano XXIV Nº 75, São Paulo: Cortez, setembro, 2003, p.114 -126.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. A Invenção Social da Velhice. RJ. ED: Papagaio, 1989.

MASCARO, Sônia de Amorim. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MERCADANTE, Elizabeth. F. Velhice: a identidade estigmatizada. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, Ano XXIV Nº 75, São Paulo: Cortez, setembro, 2003, p.55 -83.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. (org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

_____. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: **GUARESCHI, Pedrinho. et al (Org.)** Textos em representações sociais. **Petrópolis: Vozes, 2002, p. 89 - 111.**

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida**. Trad. Nara C. Rodrigues. São Paulo, Paulinas, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. RJ.: Zahar editores, 1978.

_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Prefácio**. In: **GUARESCHI, Pedrinho. et al (Orgs.)** Textos em representações sociais. **Petrópolis: Vozes, p. 7-16. 2002.**

MOTTA, Alda Britto. **Chegando pra idade**. In: **BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.)**. Velhice ou Terceira Idade? **Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 223-235.**

NERI, Anita Liberalesso; CACHIONE, Meire. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, Anita Liberalesso et al (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 2004, p. 113-140.

_____. Palavras -chave em gerontologia. Campinas: Alínea, 2001.

_____ Saúde emocional após a aposentadoria. In: NERI, Anita Liberalesso. et al (Org). **Velhice bem-sucedida**. Campinas: Papirus, 2004, p. 91 – 110.

NOVAIS, Maria Helena. **Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias**. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

PACHECO, Jaime Leandro. Educação, trabalho e envelhecimento: **estudo das histórias de vida de trabalhadores assalariados focalizando as relações com a escola, com o trabalho e com os possíveis sintomas depressivos, após a aposentadoria**. Tese Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. S. P. 2002, 416 p.

PALMA, Terezinha Saccomori. Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida. **Passo Fundo: UPF. 2000**.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: **Velho, velhice, idoso, terceira idade**. In: **LINS DE BARROS, Myriam**. (org). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.69-84.

_____. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PRATA, M. **Evelhescência**. Disponível <http://www.falandocomcoração.com/evelhescente.html> . acesso:19/10/2006.

RODRIGUES, Nara Costa. **Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social.** SCHONS, Carmem Regina.& PALMA, Lucia Saccomori .(org.). Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo Central das Representações Sociais. **Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.**

_____. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria.** In: **SPINK, Mary Jane P (org.)** O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. **São Paulo: Brasiliense, 1995, p.19-45.**

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Enfermagem Gerontogerátrica. **São Paulo: Robe, 2001.**

SANTOS, Maria de F. Identidade e aposentadoria. **São Paulo: EPU, 1990.**

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. **Rio de Janeiro: Campus, 1987.**

SPINK, Mary Jane P. O Estudo empírico das Representações Sociais. In: **SPINK, Mary Jane. P. (org.)** O Conhecimento no Cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social. **São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 85 -106.**

_____. **Desvendando as Teorias Implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais.** In: **GUARESCHI, Pedrinho et al. (Org)** Texto em Representação Sociais. **Petrópolis: Vozes, 2002, p.117-143.**

SIMÕES, Júlio Assis. A Previdência Social no Brasil: um histórico. In: **NÉRI, Anita Liberalesso et al (org.)**. Velhice e Sociedade. **Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 85-111.**

_____. **Solidariedade em Xequê.** In: **DEBERT. Guita Grin. (org.)** Políticas do corpo e o curso da vida. **São Paulo: Sumaré, 2000, p.266-285.**

_____. **A maior categoria do país: o aposentado como ator político** In: **LINS DE BARROS, Myriam. (org.)** Velhice ou Terceira Idade? **Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 15-35.**

STUCCHI, Deborah. O Curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: LINS DE BARROS, Myriam (org). Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 35-46.

TORRES, Vera Lúcia Scaramuzinni. Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico. Belém: CEJUP, 2002.

VERAS, R. P. País Jovens com Cabelos Brancos: saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ, 1994.

_____. **A Longevidade da População: desafios e conquistas. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XXIV N° 75, São Paulo: Cortez, setembro, 2003, p.5 – 14.**